

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 209 • Junho de 1986 • Cz\$ 6,00



João Roberto Ripper/F4

Mauricio Simonetti/F4

Antonio David Protti

NOVOS JEITOS DE SER IGREJA

Prezados Amigos,
Recebi com agrado os dois últimos números da revista "Tempo e Presença" e o Dossiê Constituinte.

Parabenizo-lhes pelo trabalho e agradeço como bispo e brasileiro o serviço relevante que neste momento histórico esse Centro vem prestando ao nosso povo.

O Senhor os fortaleça nesse trabalho.

D. Fernando Legal, SDB
Bispo Diocesano de Limeira
Limeira.(SP)

Li com atenção o "Discurso pela paz e pela vida" do pe. Miguel D'Escoto, publicado na "Tempo e Presença" n.º 207, abril/86.

Ainda não tenho dados suficientes para fazer uma análise do que ocorre na Nicarágua, nos meios religiosos e no todo. Acredito na sua luta pela libertação. Creio porém que Miguel D'Escoto não usou de caridade ao se referir a d. Miguel Obando Y Bravo. Devemos amar até os nossos inimigos, é o que nos diz o Cristo. Como Miguel D'Escoto pode censurar d. Obando com tanta liberdade e espírito de condenação? Ainda por cima em público? Como D'Escoto pode exigir a d. Miguel Obando, em nome de Deus, que o mesmo se abstenha de celebrar a missa? Desta maneira nunca haverá o referido diálogo que ele vem "exigir" de d. Obando.

Julio Maria da Silva
Pancas (ES)

Prezados Senhores,
O Centro de Estudos Migratórios (CEM), entidade, com sede em São Paulo, vinculada à Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, que executa o seu trabalho junto aos migrantes, vem agradecer a colaboração que nos têm prestado, por meio das publicações enviadas ao nosso Centro.

Temos alguns números de "Tempo e Presença", CADERNOS do CEDI e Memória. Gostaríamos de solicitar os números que faltam e que nos são muito úteis.

Agradecemos, atenciosamente.

Pe. Alfredo José Gonçalves
Centro de Estudos
Migratórios
São Paulo (SP).

Prezados Senhores:

Gostaria de cumprimentar toda a equipe de "Tempo e Presença" pelas reflexões profundas e corajosas que têm sempre trazido à tona. Tive o privilégio de conhecer a revista através de d. Alano Pena, nosso bispo diocesano, e tenho a certeza de que ela muito contribuirá para a caminhada junto aos irmãos rumo à libertação.

Que o Senhor esteja sempre com vocês.

Geraldo Tadeu dos Santos
Almeida
Itapeva (SP)

Estimados irmãos e amigos,

Quero, em primeiro lugar, felicitar-lhes sempre por suas publicações. Creio que foram e são de enorme contribuição para quem segue de perto os acontecimentos, a partir de nossas práticas comuns. Ao mesmo tempo, quero agradecer e apreciar muitíssimo que continuem enviando-me seus trabalhos já que são dos poucos que tão ricamente alimentam a preparação contínua de todo homem dedicado a um compromisso e entrega para a tarefa que hoje a América Latina reclama.

Fraternalmente.

Luis F. Reinoso
Lima, Peru

Essa revista é muito importante no pouco que faço na linha da transformação para uma sociedade mais igualitária. Uso-a para as aulas de Educação Moral e Cívica, Religião

e grupos de reflexão, pois são assuntos de nossa preferência, atuais e para a nossa realidade.

Faço votos que continuem corajosos.

Adiles B. Delazeri
Porto Alegre (RS)

Venho por meio desta manifestar meu protesto em relação à publicação da sua revista especial sobre o 1.º de Maio ("Tempo e Presença" n.º 207). O protesto se refere à não publicação de uma matéria específica sobre a mulher trabalhadora. É sabido que uma grande parte das mulheres hoje trabalham, inclusive fazendo dupla jornada, na medida em que além do trabalho "remunerado", ainda é obrigada a exercer as funções do lar.

Em pesquisa realizada recentemente pelo Grupo Espaço Mulher, na região do ABC foi constatado que de cada cinco mulheres, três são chefes de família, embora a remuneração continua abaixo da que o homem recebe exercendo as mesmas funções.

O Centenário do 1.º de Maio seria uma oportunidade para a divulgação das injustiças cometidas contra as mulheres e a revista poderia ter dado maior atenção a este fato. Porém, nada foi falado a respeito. Aproveito para lembrar-lhes que muitas mulheres também foram mártires da luta operária. Para citar apenas um exemplo, as operárias que morreram queimadas no dia oito de março, daí a comemoração do dia internacional da mulher.

Espero que haja uma nova oportunidade para que o assunto seja abordado, ou quem sabe até uma revista especial sobre as questões relativas à mulher trabalhadora. Fica aí uma sugestão.

Cleide Silva
Grupo Espaço Mulher
São Bernardo do Campo (SP)

Revista mensal
do CEDI
Junho de 1986

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. n.º 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

Diagramação e
Secretaria Gráfica
Marco Antonio Teixeira

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

Preço do exemplar avulso: Cz\$
6,00

INDICE

- Novos jeitos de ser igreja
- 4 IGREJA NA BASE:
UM DESAFIO PARA O
ECUMENISMO
Zwinglio Mota Dias
- 7 BASES BÍBLICAS DAS CEBs
Clodovis Boff
- 11 CEBs: EXPRESSÃO
DA IGREJA-POVO
D. Luis Gonzaga Fernandes
- 13 MULHER NA CEBs
Carolina Drogus
- 15 CEBs NA
AMÉRICA LATINA
Francisco Moser
- 18 CEBs: ALGUNS PONTOS
PONTOS A APROFUNDAR
Dermi Azevedo
- 20 DESAFIO DOS PENTECOSTAIS
ÀS IGREJAS EVANGÉLICAS
TRADICIONAIS
Antonio Gouvêa Mendonça
- Igrejas**
- 22 A QUEM PERTENCE
A TEOLOGIA DA
LIBERTAÇÃO?
Julio de Santa Ana
- 25 CONVOCAÇÃO GERAL
EM PROL DA LIBERTAÇÃO
Clodovis e Leonardo Boff
- Índios**
- 27 EMPRESAS DE MINERAÇÃO E
TERRAS INDÍGENAS
José Pedro Soares Martins
- Rubem Alves**
- 28 O FLAUTISTA MÁGICO
América Latina
- 30 COSTA RICA:
UMA IMAGEM DETERIORADA
Terra
- 33 PADRE JOSIMO E
OUTROS JOSIMOS NA
GUERRA DO CAMPO
Dermi Azevedo
- Constituinte**
- 35 EDUCAÇÃO, CONSTITUINTE
E MOVIMENTO POPULAR
Sérgio Haddad
- Bíblia Hoje**
- 37 A INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA
NA PERSPECTIVA DA
PASTORAL POPULAR
José Comblin
- Livros**
- 39 CONFLITOS NO CAMPO:
O BALANÇO DO MASSACRE
José Pedro Soares Martins
- Poema**
- 40 PÁScoa-PAZ
Josimo Moraes Tavares

Novos jeitos de ser Igreja

Inspiradas na vivência dos primeiros cristãos, como está relatada nos Atos dos Apóstolos, e marcadas pelos sinais dos tempos vividos hoje multiplicam-se, no Brasil e na América Latina, novas expressões populares de experiência cristã. Como exemplos privilegiados dos novos jeitos de ser Igreja, são as Comunidades de Base e as manifestações populares, organizadas e crescentes, do protestantismo, de modo particular entre as congregações pentecostais.

Todos esses novos fenômenos, complexos e diversificados, refletem, em primeiro lugar, o avanço da participação social e política dos setores populares, na sociedade como um todo e, particularmente, nas Igrejas. O arcabouço institucional eclesial vai sendo, assim, desafiado, interna e externamente, para se transformar, em função de estruturas participativas e democráticas, revendo-se desde a forma de exercício da autoridade, indo até à liturgia e ao canto utilizado nas celebrações.

Os novos jeitos de ser Igreja surgem, também, em um contexto social, econômico e político estruturalmente marcado pela opressão, em que milhões de latino-americanos são cotidianamente esmagados pela fome, pelas doenças, pela impossibilidade de acesso à terra em que trabalham, falta de moradia, salários insuficientes, torturas e violências de toda espécie. Unindo fé e política, com vistas a uma nova sociedade de justiça e paz, as novas comunidades cristãs inspiradas, na plena mensagem evangélica vão sendo reforçadas, cada vez mais, pelo exemplo dos mártires, como o padre Josimo Moraes Tavares, assassinado no mês passado no Maranhão, e também outros pastores, frades, agentes de pastoral e trabalhadores que têm dado suas vidas pela fidelidade à causa de justiça e aos ensinamentos de Cristo.

É crescente, por outra parte, nem sempre de modo tão explícito, a tomada de consciência de algumas

comunidades protestantes quanto às exigências de participação sócio-política trazidas pela adesão a Jesus Cristo Libertador. Pouco a pouco, também pode-se observar esforços conjuntos, ainda que tímidos e pouco aprofundados, de comunidades evangélicas e católicas, na luta pela justiça e pela conquista de certos direitos fundamentais, principalmente dos trabalhadores. Se esses esforços conjuntos forem continuados e não apenas conjunturais, certamente se constituirão em expressões muito ricas de ecumenismo.

Não podem, porém, essas novas experiências, os novos jeitos de ser Igreja, serem vistos de modo triunfalista, nem linear. Persistem ainda pesados obstáculos, muito dos quais ligados à certos aspectos estruturais das próprias igrejas históricas. Não é fácil caminhar de modo novo dentro de estradas secularmente marcadas por uma pesada institucionalização muitas vezes rígida e verticalista.

De qualquer modo, com a consciência dos avanços e das limitações dessas novas experiências, é fundamental apoiá-las e vivê-las. Isto é particularmente essencial no momento histórico vivido na América Latina em que os povos lutam pelos seus direitos fundamentais, enfrentando todo tipo de obstáculos e em que os cristãos se juntam a todos os homens e mulheres de boa vontade para a construção da nova sociedade.

Nesta perspectiva, "Tempo e Presença" dedica esta edição aos novos jeitos de ser Igreja. Jeitos que estão na origem do Cristianismo e que se contextualizam na dramática situação da América Latina, implicando na partilha do pão, do martírio, dos momentos de dor e de alegria, na busca do "novo céu e da nova terra". Na realidade brasileira, as novas expressões do ser cristão vão se revelando dentro da luta pela reforma agrária, pela participação popular na formulação do novo texto constitucional e pela conquista de direitos básicos para a maioria da população e em particular do povo trabalhador.

Igreja na base: um desafio para o ecumenismo

Zwinglio Mota Dias

Neste artigo tentaremos refletir sobre um dos aspectos mais delicados oferecidos pela proposta ecumênica: a questão eclesiológica. Diálogos interconfessionais entre lideranças eclesiásticas, teólogos e pastores têm-se multiplicado; declarações conjuntas sobre alguns temas teológicos, acordos a respeito do sacramento do batismo; declarações de mútuo apoio e até mesmo declarações conjuntas sobre temas de interesse nacional têm havido. E muitas até. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) é uma realidade. Mas em todo esse processo a aproximação ecumênica esbarra sempre na questão eclesiológica, ou seja, na auto-compreensão que as instituições eclesiásticas têm desenvolvido historicamente.

O surgimento e crescimento das CEBs no catolicismo brasileiro acendeu a discussão da Eclesiologia no interior da Igreja. A proliferação das Igrejas populares do Protestantismo, que hoje constituem sua imensa maioria, com sua contraditória atuação a nível sócio-político e religioso e seu desafio às Igrejas do Protestantismo tradicional, levantam também a questão, dado o paralelismo com as CEBs a que todos os interessados no campo religioso nacional são obrigados a fazer, pois não têm sido poucas as vezes em que católicos e protestantes, a nível de base, têm lutado juntos por melhores condições de vida, por liberdade política, pela garantia de emprego, terra para plantar, etc.. Assim a questão da teologia da Igreja está na ordem-do-dia e é a partir desta perspectiva, que julgamos fundamental, que pretendemos refletir sobre o significado e alcances de uma prática ecumênica na base das Igrejas.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: UMA NOVIDADE ECLESIOLOGICA?

No mês de julho próximo terá lugar na cidade de Trindade (GO), o VI En-

contro Nacional das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica no Brasil. Fato auspicioso e importante dada a gravitação social, política, cultural e eclesial que esta "nova forma de ser Igreja" adquiriu ao emergir no interior do Catolicismo reorganizando a Igreja de "baixo para cima" e procurando redimensionar a participação dos cristãos católicos no conjunto das atividades próprias da Igreja e, redefinindo o papel dos fiéis no tratamento de questões que ferem o corpo social e político da vida nacional.

Em artigo publicado no nº 196 desta revista, Antonio G. Mendonça chamava a atenção para o fato de que esta reorganização da vivência comunitária católica representa a retomada, em outras bases, de uma experiência eclesial que plasmou a vida das comunidades protestantes (ele referia-se especificamente às Igrejas do chamado Protestantismo histórico) e foi responsável pelo processo de sua implantação e consolidação na sociedade brasileira (1). Com efeito a tese de Mendonça é estimulante e bem fundamentada. O paralelo histórico corresponde. No que se refere à forma pela qual a Igreja se organiza ou procura continuamente se reorganizar no seio da História, não podemos ver nas CEBs uma "novidade" eclesiológica. Elas representam uma reatualização da presença da Igreja na sociedade humana e da presença do povo nas estruturas eclesiásticas de acordo com os imperativos do processo histórico retomando e rearticulando atividades e modos de organização conhecidos na história do Cristianismo. Inclusive nem são estranhas às formas assumidas pelos fiéis católicos em diferentes momentos da curta história brasileira, como os estudos de Cehila têm comprovado: Ou seja, se por um lado, o surgimento das CEBs no catolicismo brasileiro e latino-americano representa de fato um "novum" na trajetória contemporânea dessa Igreja em função de inumeráveis fatores de ordem sociológica, antropológica, política, etc., já extensamente



"A aproximação ecumênica esbarra na questão eclesiológica".

analisado, por outro, este fenômeno se insere numa já longa lista de experiências semelhantes que marcam o desenrolar da história da Igreja (ou das Igrejas) na luta permanente entre as formas de poder institucionalizado e os anseios populares de participação na produção de sua experiência religiosa.

Entretanto, não basta esta verificação. Especialmente em relação às igrejas protestantes, seja de que tipo for. Há aqui uma diferenciação radical que a boa vontade ecumênica não pode desconhecer. Se as formas (modos) de reorganização histórica são semelhantes (em que pesem as diferenciações



de conteúdo e motivação) as perspectivas eclesiológicas e o projeto histórico a elas subjacentes não o são. E isto precisa ser levado em conta com muita seriedade no diálogo ecumênico, pois a questão eclesiológica é a pedra de toque desse movimento.

DO "VERTICALISMO" CATÓLICO AO "HORIZONTALISMO" PROTESTANTE

No capítulo I do livro IV de suas "Instituições da Religião Cristã", João Calvino, o reformador de Genebra, mentor da grande família de Igrejas reformadas e presbiterianas, assim definiu as marcas da Igreja visível: "Eis aqui como conhecemos a Igreja visível: onde

quer que vejamos ser pregada sinceramente a Palavra de Deus e ser administrados os sacramentos conforme a instituição de Jesus Cristo não tenhamos dúvidas ali há Igreja; pois Sua promessa não pode falhar: 'Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estarei eu no meio deles' (Mt 18,20) (...) A Igreja universal é uma multidão de pessoas de acordo com a verdade de Deus e com a doutrina de sua Palavra, ainda que procedam de nações diversas e residam em lugares remotos, que estão unidas com o mesmo vínculo de religião. Sob esta Igreja universal estão compreendidas todas as igrejas particulares que estão distribuídas nas cidades e nos povoados, de modo que cada uma delas, e com justo direito, tem o nome e a autoridade de Igreja".

O Protestantismo, sob todas as suas modalidades acabou, de uma forma ou de outra, assumindo esta compreensão de Igreja defendida por João Calvino. Nascendo com o mundo moderno, fruto dos conflitos que agitaram o século XVI, no processo da passagem da Europa feudal para a Europa à caminho do capitalismo, o Protestantismo emergiu das tentativas de reforma da Igreja para enfrentar os novos tempos. Suas expressões institucionais, nem sempre e nem todas, corresponderam aos projetos teóricos que iam sendo arquitetados. Muitas de suas igrejas nacionais não conseguiram se desprender das práticas monárquicas, submetendo-se aos interesses políticos vigentes neste ou naquele país. Muitas de suas reformulações teológico-doutrinárias jamais foram realmente levadas a sério. Mas tudo isso não nos impede de reconhecer que, apesar de tudo, sua eclesiologia rompeu o modelo medieval. Desierarquizou o exercício do poder espiritual e político na Igreja e deu mais valor e ênfase à Igreja local e à comunidade dos fiéis, colocando em segundo plano as estruturas de poder nacionais e/ou supra-nacionais. A Bíblia colocada nas mãos dos fiéis passou a ser o centro estruturante da vida dos fiéis. A proclamação da Salvação pela graça de Deus e apropriada pela fé dos fiéis tornou secundária a estrutura centralizadora da Igreja como meio de salvação. Os três princípios da Reforma (*sola scriptura, sola fide, sola gratia*) fizeram assim brotar uma nova perspectiva eclesiológica que minimizava o papel da Igreja como meio absolutamente necessário para a redenção. O indivíduo ganhou liberdade de acesso a Deus sem a mediação da hierarquia eclesiástica. O sacerdó-

cio foi dessacralizado e se transformou em um ofício de serviço dependente da comunidade local ou regional. A Igreja enquanto instituição passou a ser vista como um dos instrumentos da ação de Deus na História. Perdeu sua centralidade no mundo e este passou a ser visto como o campo onde atua o Espírito a fim de construir o Reino. Dissociou-se a Igreja do Reino de Deus. Aquela passou a ser instrumento para a edificação deste.

Esses elementos da nova eclesiologia emergente tornaram-se uma marca registrada das igrejas protestantes e dos inúmeros movimentos de todo tipo que, com o passar dos séculos, foram eclodindo no interior das organizações eclesiásticas protestantes. A ênfase foi toda posta, em menor ou maior grau, nos aspectos carismáticos que sempre, de um jeito ou de outro, questionaram e continuam questionando as formas institucionais do poder nas Igrejas. É evidente que houve desvios de todo tipo e continua havendo. É claro que o Protestantismo dos reformadores não é mais o que encontramos hoje. Mas essas marcas permaneceram, ainda que sofrendo todo tipo de influências, exageros, distorções, etc.. Mas, com tudo isso a Igreja democratizou-se, embora, em muitos casos, essa democracia seja só de fachada. A decisão de pertencer a uma igreja evangélica é uma decisão pessoal e intransferível. A vida da comunidade local depende única e exclusivamente do trabalho e do esforço de seus membros. O exercício do poder político interno e externo da comunidade local ou regional está aberto à participação de todos.

A Contra-Reforma que adveio como resposta ao movimento protestante, institucionalizada pelo Concílio de Trento, procurou ajustar a Igreja para fazer frente à nova situação. Não faltaram os conflitos armados e todo tipo de barbárie cometidos de ambos os lados em nome do Evangelho, ensanguentando a Europa por longo tempo. No que se refere à eclesiologia não aconteceram mudanças fundamentais. A Igreja continuou sendo identificada como canal privilegiado da ação do Espírito e, na prática, entendida como monopolizadora desta ação. Sua estrutura, apesar de pequenas modificações e ajustes funcionais continuava a privilegiar a hierarquia como sinal maior da legitimidade da **ecclesia**: "ubi episcopus ibi ecclesia", permaneceu como ponto referencial maior. É o exercício do munus pastoral, pelo bispo, considerado sucessor dos apóstolos, que empresta legitimidade à Igreja par-



HENRIQUE PEREIRA JR.

O ecumenismo de base ainda ocorre por fatores externos à prática religiosa.

ticalar, isto é, o conjunto de cristãos de uma circunscrição eclesiástica. O poder continua centralizado na super-estrutura hierárquica onde a participação do povo no que-fazer cotidiano da vida eclesial é passiva, na medida em que não dispõe de legítimo poder de decisão na vida eclesial.

O Concílio Vaticano II, atento às transformações ocorridas na sociedade ocidental, especialmente, vem ao encontro do clamor de diferentes setores da Igreja, por maior participação e lança uma nova perspectiva de compreensão da Igreja entendendo-a agora como "Povo de Deus", legitimando práticas participativas já há tempos em curso e procurando combinar o velho conceito com as novas exigências impostas pelas transformações sociais. É a abertura desse concílio que, na América Latina, propicia o grande avanço de Medellín (1968) — encontro dos bispos latino-americanos —, assim como Puebla (1979) onde a questão da participação do povo cristão nos destinos da Igreja começa a ser encorajada e a teologia da Igreja começa a ser debatida abertamente. Mas este problema parece que ainda está longe de ser resolvido. O estatuto dogmático continua legitimando uma determinada estruturação do poder na Igreja, que privilegia seu **locus** na hierarquia e cerceia as manifestações dos carismas emergentes entre os fiéis na medida em que estes só são aceitos e legitimados se colocados no quadro de interesses gerais pré-estabelecidos pelos estamentos hierárquicos

Esta caracterização, pobre e quase caricatural pretende, no entanto, apontar para uma diferença eclesiológica fundamental entre as manifestações eclesiais do Protestantismo e do Catolicismo, em que pesem as inúmeras variações existentes de um lado e de outro. Consideramos isto de suprema importância na medida em que o eixo do diálogo ecumênico se desloca das questões teológico-doutrinárias para centralizar-se no chamado "ecumenismo pela prática".

ECUMENISMO DE BASE: REALIDADE OU DESEJO

Os protestantes brasileiros, independentemente das posturas políticas das super-estruturas de suas igrejas e, especialmente os grupos oriundos da maioria pobre e trabalhadora do povo, devido a razões de origem cultural, social, política e doutrinária são anti-católicos. Isto faz parte de sua história, de seu processo de implantação e consolidação no interior da sociedade brasileira. Os dirigentes eclesiásticos ditos progressistas, ecumênicos, sabem muito bem disso e não são poucos os dissabores que muitos têm que passar por defenderem alguma possibilidade de diálogo com a Igreja Católica em termos de questões pastorais, e nem pensar então nas questões teológicas.

Se a nível popular os "crentes" têm colaborado e até participado de iniciativas de ordem político-social ao lado de católicos e, especialmente, em ações localizadas a partir de iniciativas oriundas de CEBs, isto se dá em

função de fatores externos à prática religiosa. Isto é, em função de interesses comuns de ordem econômica, política e social do povo pobre. As motivações religiosas são praticamente inexistentes continuando como elementos de separação e não de diálogo e aproximação. E parece que não há indícios de que tais ações coletivas envolvendo católicos e "crentes" tenham levado a uma proposta ecumênica de maior consistência. Pelo contrário, o que se tem observado é que, passado o momento de "pique" das atividades comuns, os "grupos" momentaneamente aproximados, tendem a voltar cada um para o seu "proprium" religioso, para a frustração de muitos que gostariam de ver um verdadeiro ecumenismo de base tomando forma a partir da luta comum do povo brasileiro.

Da perspectiva protestante é importante notar que o peso político, a força estrutural e o nível organizacional do Catolicismo continuam sendo obstáculos maiores para uma verdadeira comunicação. Junte-se a isto a visão de Igreja Católica presente no meio do povo "crente". Aqui, as posturas mais progressistas, abertas e ecumênicas de grandes setores da Igreja não são vistas nem apreciadas devidamente pelos crentes, que confundem a Igreja na sua globalidade com as expressões concretas do chamado "catolicismo popular" representado pelas formas de comportamento dos católicos nominais que, em grande número também desconhecem os processos de transformação e de abertura de sua Igreja. O rigorismo ético por um lado e a alimentação de uma fé num outro mundo que é exatamente a inversão desistorizada deste não conduzem à elaboração de um projeto histórico de nova sociedade que atravesse os umbrais da Igreja enquanto instituição social, historicamente localizada. Nestas condições, o diálogo ecumênico com o "mundo" do catolicismo torna-se difícil a nível de base. A linguagem dos "crentes" não lhes permite assimilar a proposta articulada e orgânica que atravessa o catolicismo (em que pesem as dissensões e polêmicas internas) e que tem nas CEBs um pólo maior de atualização. Assim entendemos que a expressão "ecumenismo de base" ainda está longe de representar o que pretende de fato significar.

Notas:

(1) Antonio G. Mendonça: Uma inversão radical, in revista Tempo e Presença n.º 196.

Zwinglio Mota Dias é pastor presbiteriano e Secretário Geral do CEDI.

Bases bíblicas das CEBs

Clodovis Boff

Por que se pede uma legitimação bíblica das CEBs? É porque elas representam uma originalidade eclesiológica com respeito ao modo costumeiro de organizar a Igreja. Elas são, com efeito, um "novo modo de ser Igreja".

Mas onde está a originalidade das CEBs? Quais são os seus traços distintivos relativamente à estrutura dominante na Igreja?

Podemos afirmar globalmente que as CEBs se justificam bíblicamente a partir da análise do próprio processo de constituição da Igreja primitiva. Elas perfazem o curso histórico de eclesiogênese da Igreja de Jesus Cristo. Tal processo de eclesiogênese pode ser visto em todo o Novo Testamento (NT), mas especialmente no livro dos Atos dos Apóstolos. Nesse sentido, as CEBs não são um novo modo, mas o modo mais antigo ou primitivo de ser Igreja.

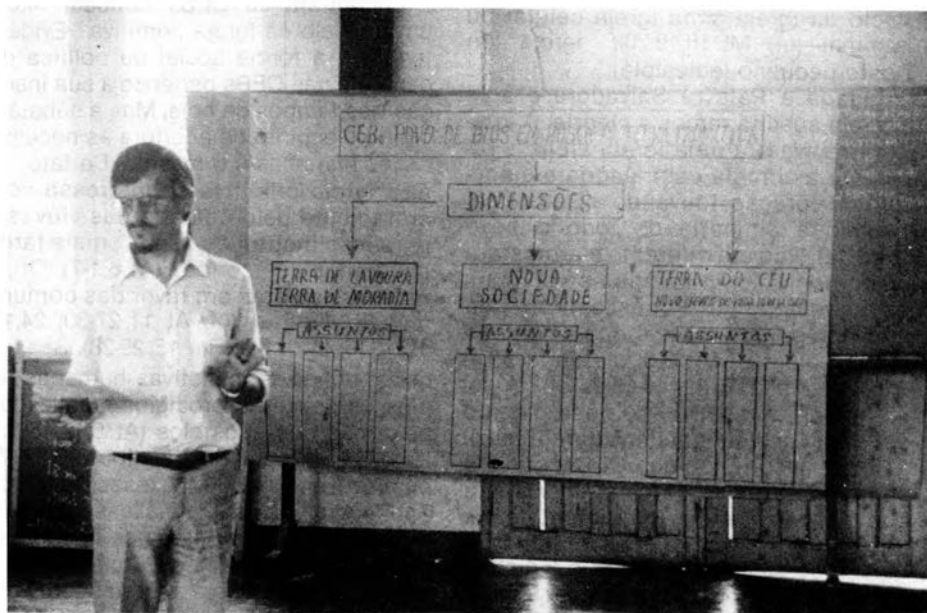
CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DAS CEBs

Examinemos agora os traços distintivos das CEBs, confrontando-os com os da Igreja dos Apóstolos e contrapondo-os aos da paróquia comum.

1) As CEBs são comunidades — Trata-se de grupos pequenos, onde surgem relações de fraternidade, de mútua ajuda e onde se dá o "reconhecimento do homem pelo homem".

As CEBs se distinguem aqui da célula eclesial corrente que é a paróquia, onde não existem mais, hoje em dia, relações pessoais e personalizadas, mas anônimas e de massa.

Como comunidades, as CEBs nada mais fazem senão retomar o modelo das Igrejas primitivas, que eram igrejas locais, cuja última célula se assentava na casa ("igrejas domésticas"). O NT se refere a Igrejas-comunidades reunidas em tal ou tal casa (cf. Rm 16,5; Fl 2; Cl 4,15). Outras vezes o NT fala de Igrejas-cidade no sentido que a base territorial das Comunidades eclesiais primitivas podia ser



Clodovis Boff: reflexão teológica a partir da prática popular.

a cidade onde moravam e se reuniam os cristãos (cf. 1Ts 1,1; 2Ts 1,1; 1Cor 1,2; 2Cor 1,1; Rm 16,1; Cl 4,16). A base física podia ser, finalmente, uma província, como Ásia (1Cor 16,19), a Galácia (1Cor 16,1; Gl 1,2), a Macedônia (2Cor 8,1) ou a Judéia (Gl 1,22; 1Ts 2,14). De todos os modos as Igrejas primitivas tinham por núcleo fundamental uma comunidade de "irmãos", que se conheciam uns aos outros.

A descrição definitiva da dimensão comunitária da primeira Igreja nos é dada pelos Atos com estas palavras: "A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma" (4,32).

A dimensão comunitária, e não apenas societária, é básica para a constituição da Igreja. Isso se deu nos primeiros séculos e também depois, quando a Igreja se tornou Igreja de massa, com o fenômeno do cenobitismo e da Vida Religiosa em geral. O ideal da "vida apostólica" como vida comunitária, incluindo a comunhão de bens e se desdobrando na itinerância missionária, sempre constituiu um ideal para a Igreja de todas as épocas.

Portanto, as CEBs refazem o tecido eclesial atingido e em grande parte dissolvido pela moderna sociedade de massa. E hoje, a comunidade aparece tanto mais necessária quando se vê seu papel de mediação entre a pessoa e os aparelhos institucionais pesados e complexos de hoje, como o Estado, os partidos, as universidades, os sindicatos, etc. Nas e pelas CEBs, a massa cristã torna-se povo — o Povo de Deus — povo consciente e participativo — como se pode ver nas grandes liturgias em que as CEBs estão presentes.

2) As CEBs são comunidades convocadas pela Palavra — O elemento "Evangelho" e "Bíblia" em geral é constitutivo das CEBs. Elas mesmas afirmam ser a Bíblia sua "carteira de identidade". À diferença de qualquer outro agrupamento social, nas CEBs ouve-se, medita-se e vive-se a Palavra de Deus. Não é outro o texto-base de uma CEB: não livro de teologia, carta pastoral ou qualquer outro escrito, mas sim as Sagradas Escrituras. Por isso mesmo, em muitos lugares uma CEB se compõe de vários

subgrupos que são os chamados "círculos bíblicos" ou os "grupos de evangelho".

Nisso também as CEBs retomam a caminhada da Igreja dos Atos. "Perseveravam eles na doutrina dos Apóstolos" (2,42). Ora, a doutrina apóstolica era o Evangelho oral, que mais tarde iria ser posto por escrito.

Portanto, a CEB é uma "Igreja da Palavra". O processo de eclesiogênese começa aí: na Palavra que suscita a fé. E quando temos "dois ou três reunidos" em nome do Senhor, aí temos o início da Igreja, uma Igreja celular ou seminal (cf. Mt. 18,19-20), igreja em ponto pequeno (eclesiola).

Ligada à Palavra Salvador e à fé que ela suscita temos a **alegria**. A Igreja primitiva era uma Igreja "feliz": Tomavam a comida com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e cavando a simpatia de todo o povo (2,46-47). Não era diferente a atmosfera de contentamento da primeira comunidade samaritana: "Por esse motivo (da conversão) reinava naquela cidade grande alegria" (At 8,8; cf. ainda 5,41; 8,39; 11,23; 13,48.52; 16,16.25.34). A comunidade dos salvos só pode mesmo ser uma **Ecclesia gaudens** (Igreja feliz).

Esse traço típico das CEBs, que é a centralidade da Palavra, contrasta com o acentuado **sacramentalismo** das paróquias tradicionais. O fator originário de agregação nestas é o culto e em particular os sacramentos (missa, batismo, casamento, etc.), enquanto que lá é a Palavra como foi na Igreja dos Atos (seguindo aliás a própria lógica da fé: "Pregai..., quem crer e for batizado...": Mc 16,15-16).

Não que as CEBs estejam privadas da dimensão sacramental. Ao contrário, nelas os sacramentos, especialmente os dois maiores — o Batismo e a Eucaristia — são valorizados como ápice da caminhada da Palavra-fé. Mais: através de celebrações encarnadas e criativas é toda a vida cristã que é como que sacramentalizada. Enfim, por seu testemunho de fé e de justiça, as CEBs apresentam a Igreja ao mundo como sacramento da libertação integral de Jesus. Por isso, pode-se dizer que a sacramentalidade das CEBs é maior que a de muitas paróquias.

Observa-se o mesmo contraste entre CEBs e paróquia no que se refere ao ambiente de alegria. Este nas CEBs se funda no fraternismo existente e mais ainda na experiência do Evangelho libertador, enquanto que nas paróquias comumente tal ambiente é muito rarefeito e pouco sentido.

3) As CEBs são comunidades de compromisso com a justiça — O que caracte-

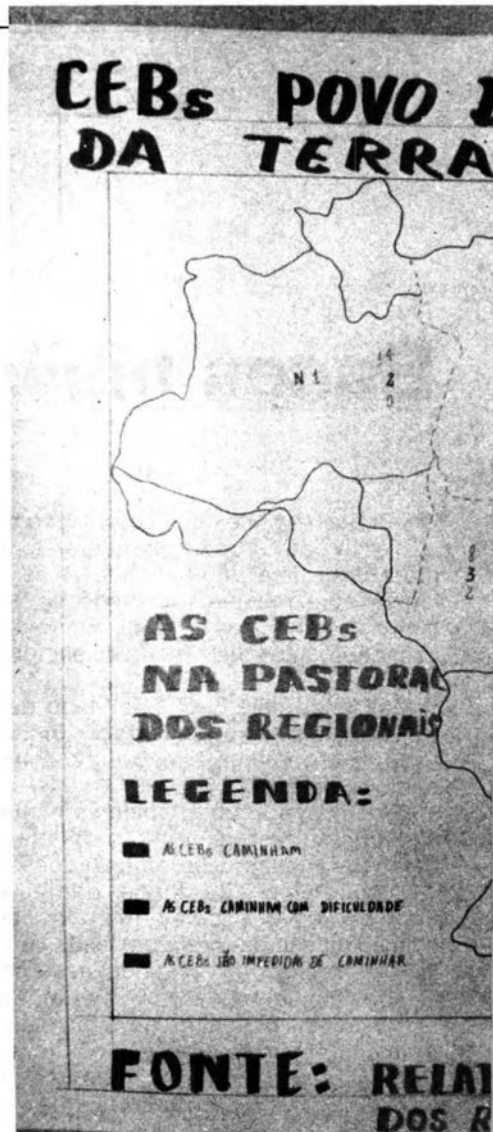
teriza uma CEB é também abertura à caridade em todas as suas dimensões, inclusive a social. A comunidade de base não é e não pode ser uma comunidade simplesmente de piedade ou de estudo. É uma comunidade de vida que desemboca necessariamente na ação de caridade: mútua-ajuda, interesse pelos problemas comunitários, envolvimento nos problemas de classe (sindicato) e por fim empenho com questões mais amplas (partido, problemas nacionais e internacionais, etc.).

Encontram as CEBs também nisso um paralelo na Igreja primitiva? Evidentemente, a forma social ou política da caridade nas CEBs pertence à sua inserção nos tempos de hoje. Mas a substância ou o espírito de abertura às necessidades humanas é o mesmo. De fato:

a) a Igreja primitiva se interessa concretamente pelo cuidado das viúvas e para isso institui os "sete", mais tarde chamados "diáconos" (At 6,1-7). Organizam-se coletas em favor das comunidades carentes (cf. At 11,27-30; 24,17; 1Cor 16; 2Cor 8-9; Rm 15,25-28).

b) Além dessas iniciativas humanas temos os "sinais e prodígios" realizados pela mão dos apóstolos (At 5,12-16: cf. 2,43; 3,1-10: cura do paralítico; 9,32-35: cura de Enéias; 9,36-43: ressurreição de Tabita; etc.) Que são afinal esses "sinais e prodígios"? São gestos de libertação, que mostram a presença atuante do poder do Messias. Hoje, o correspondente desses "sinais e prodígios" de libertação messiânica são todos os atos de compromisso e luta das comunidades para implantar a justiça. Por isso nas CEBs costuma-se traduzir os "milagres" de Jesus e dos Apóstolos em chave ético-política. Para elas, por exemplo, reconquistar a direção de um sindicato "apelegado" é um "sinal do Reino", às vezes sentido na fé como um verdadeiro milagre! Assim, elas renovam no campo da caridade social, as **mirabilia Dei**. O importante aqui não é a mediação, lá miraculosa e aqui política, mas o resultado, que é sempre libertação de algum mal e a manifestação da força do reino-já-ai. Por isso pode-se dizer que as Comunidades de hoje não são menos conseqüentes, em termos de compromisso evangélico, que as de ontem (cf Ap 3,14-22: Laudicéia).

c) Como forma especial de justiça e igualdade na Comunidade primitiva merece menção especial a famosa "comunhão de bens" (At 2,44-45 e 4,32-37). Sobre a comunidade dos primeiros cristãos ondulava a bandeira do comunismo perfeito, onde se pode ler: "Vender propriedades e bens e distribuí-los conforme as necessidades de cada um" (At 2,45). É o



As CEBs estão presentes em todo Brasil

correspondente da fórmula clássica do comunismo (superior ao socialismo): "De cada um segundo a possibilidade e a cada um segundo a necessidade". É por isso que, apesar de seus limites (comunismo de consumo e não de produção, comunismo comunitário e não societário e comunismo escatológico e não histórico), esse comunismo cristão resolvia, pelo menos em nível interno, o problema de pobreza: "Não havia entre eles necessitado algum". (At 4,34) — promessa messiânica (Dt 15,4; Lc 1,53 = Sl 107,9: "Encheu de bens os famintos").

Ligada ao compromisso de caridade temos a **perseguição**. A igreja primitiva era uma **Ecclesia pressa** (Igreja acosada). Tal era sua situação praticamente normal. Os períodos de paz é que eram a exceção (e os Atos não deixam de anotar: "A Igreja gozava então de paz...": 9,31).

Esse traço também se encontra nas CEBs. Muitos de seus membros foram e continuam sendo perseguidos por

DEUS EM BUSCA PROMETIDA



IO DOS DELEGADOS IONAIS

causa do Evangelho e de suas exigências, hoje especialmente a exigência de lutar por um mundo novo. As CEBs já produziram mártires. E esse é talvez o sinal mais inequívoco de sua autenticidade. Pois já anotava Sto. Agostinho que só uma Igreja perseguida por causa da justiça pode ser uma Igreja verdadeira.

Em contraste com isso temos o cristianismo acomodado e mesmo alienado de tantas paróquias. Essas quando despertam para a questão da caridade, com dificuldade superam o nível interpessoal, o das "relações curtas". Quando entram no nível social, facilmente caem no assistencialismo ou no paternalismo. Somente uma paróquia renovada em termo de CEBs pode ultrapassar tais limites.

4) As CEBs são comunidades constituídas majoritariamente de pobres — Esse é o último traço característico das CEBs, em confronto com as paróquias tradicionais. De fato, estas são

integradas sobretudo pelas camadas médias. E quando estas não são a maioria, são elas que têm na paróquia tradicional a "hegemonia pastoral". Ou seja: são grupos dos estratos médios que conduzem o processo paroquial (dando o tom na liturgia, na catequese, etc.). Assim, a paróquia tende a ser controlada pelos que têm o poder social.

Ora, quanto a este ponto as CEBs são parecidas com as Comunidades dos primeiros cristãos. Atesta-o claramente Paulo: "Vede, irmãos, o vosso grupo de eleitos não há entre vós sábios..., nem muitos poderosos e nem muito pobres". (1Cor 1,26). Igualmente Tiago: "Porventura não escolheu Deus os pobres deste mundo para que fossem ricos na fé e herdeiros do reino prometido por Deus aos que o amam?" (Tg 2,5). Assim era também a comunidade de Esmirna (Ap 2,9). Pode-se ver também o interesse que ocupa a questão dos escravos nas cartas de Paulo. É que eles devem ter sido um grupo expressivo nas primeiras comunidades.

Ora, as CEBs recuperam também esse dado social que tem um grande significado eclesiológico. Ele manifesta que os pobres devem ser os primeiros destinatários (e os primeiros emissários) do Evangelho, como quis Jesus (cf. Lc 7,22). Em particular as mulheres encontram nas CEBs um espaço de afirmação privilegiado. São elas, aliás, que estão "suportando o calor e o peso" da Igreja dos pobres que surge das CEBs.

Isso não quer dizer que os não-pobres sejam excluídos das Comunidades eclesiais. Não. Mas eles aí não têm o primeiro lugar, e se querem aí entrar e aí permanecer devem se colocar **à serviço** dos pobres. Tal é o caso de tantas pessoas não-pobres mas de boa vontade que participam nas várias instâncias eclesiais e colocam seu poder direta ou indiretamente ao serviço da libertação.

O "privilegio do pobre" faz parte do ser-cristão e por isso também do ser-igreja, e isso tanto em sua ação como em sua organização.

Tais são as notas distintivas da nova imagem de Igreja que está se revelando e ao mesmo tempo se desenvolvendo através das CEBs. Tal imagem reproduz de modo surpreendente a própria imagem ideal da Igreja neo-testamentária. E tal é a autoconsciência das mesmas CEBs. Elas vêm na Igreja dos primeiros cristãos o espelho de sua própria experiência. E nisso não vai nenhum arcaísmo, pois a volta às fontes eclesiológicas do NT se faz a partir e em função da problemática

contemporânea. Por isso mesmo as CEBs são tanto mais novas quanto mais antigas, tanto mais atuais quanto mais tradicionais. Se assim é, não é a forma das CEBs que necessita de uma justificação neo-testamentária mas antes a da Igreja tradicional verticalista.

Não que as CEBs se oponham à paróquia como tal. Elas se opõem apenas à estrutura piramidal da paróquia. De resto, elas se situam no espaço paroquial. Mais: elas o transformam e o dinamizam, de sorte que a paróquia acaba se renovando profundamente e tornando-se uma vasta "rede de comunidades". Assim, as CEBs, a partir das quatro notas acima descritas, contribuem a tornar a paróquia uma verdadeira "comunidade", dando-lhe um estofo respectivamente mais fraterno, bíblico-evangélico, socialmente comprometido e evangelicamente pobre. Desse modo, as CEBs conferem à paróquia uma densidade eclesial maior. Elas fazem a Igreja mais Igreja.

OUTRAS CARACTERÍSTICAS DAS CEBs

Existem outras características essenciais na Igreja do NT e que se encontram a seu modo também nas CEBs. Mas porque tais características não fazem dificuldade (por serem aceitas e comuns tanto para as CEBs como para a paróquia tradicional) aqui não foram levadas em consideração. Contudo, não podemos deixar de mencioná-las para mostrar que as CEBs não estão privadas delas já que as CEBs são e querem ser uma Igreja completa. Tais são elas:

A koinonia com as outras comunidades e com os pastores. Tal nota é evidente nos Atos e em todo o NT. Quanto a isso as CEBs sempre se entenderam como brotos da antiga Igreja de Jesus Cristo e nunca uma outra Igreja ou seitas fechadas sobre si mesmas. É verdade que vivem uma comunhão dinâmica e transformadora, que interpela as formas concretas de organização eclesial e o exercício do poder na Igreja. Mas nunca quiseram ser uma anti-instituição ou uma contra-Igreja, ao contrário, ajudam a Igreja a ser cada vez mais Igreja de comunhão e participação, onde o poder seja serviço e não dominação.

Essa Koinonia envolve também os irmãos de outras confissões. O ecumenismo nas CEBs ganhou maior abertura e dinamicidade por se fazer no nível das bases ou comunidades das várias confissões, isto é, entre os mesmos



Teólogos e militantes reunidos: novo jeito de ser Igreja.

batizados, e por se afirmar em torno do eixo "caridade" (práticas de justiça) antes que em torno do eixo "fé" (discussões doutrinárias).

A klasis — a fração do pão. Atos 2,43 considera a Eucaristia um traço típico da nova comunidade de Jesus Cristo. Nesse sentido, as CEBs não só buscam ansiosamente, mas celebram, quando podem, a ceia do Senhor. Mais: elas já estão sendo sementeiras de vários serviços e ministérios, entre os quais o do presbiterato. Aqui também essa nota comum da Igreja — o ser uma comunidade eucarística — é vivida nas CEBs de um modo original, no sentido que nelas a Ceia se celebra de modo simples, popular e criativo, o que faz lembrar muito a ceia dos primeiros cristãos em Tróade. Como nos é descrita pelos Atos 20,7-11.

A missão — A Igreja dos Atos foi inegavelmente missionária — é ocioso prová-lo. De fato, foram cristãos anônimos que fundaram a primeira Comunidade entre os pagãos que depois iria ser a base missionária de onde partiram os primeiros evangelizadores do vasto mundo (At 11,19ss e 13,1). Quanto às CEBs elas não são somente o espaço onde o povo se auto-evangeliza, mas são também grupos que irradiam a fé e se expandem em novas comunidades.

4) As orações — Atos dizem que os primeiros cristãos "perseveravam...

nas orações" (2,42). Vê-se que a Igreja dos Atos é uma Igreja que reza e que reza muito, especialmente por ocasião de eventos particulares (cf. 1,14; 4,24-30; 9,40; 10,9; 12,5; etc.). Nas CEBs reza-se como nunca. Aliás elas abriram na Igreja da América Latina um grande tempo de orações. E trata-se de uma oração que só os pobres sabem fazer: oração comunitária e encarnada, oração embebida na Palavra de Deus e criativa, assim como foi a oração da Igreja de Jerusalém depois da libertação de Pedro e João (4,24-30).

5) A organização eclesial participativa — A Igreja do NT é uma Igreja organizada, onde os ministérios são variados e assumidos por diferentes grupos. Nos Atos, por exemplo, encontramos: Pedro, os "três" (Cefas, Tiago e João), os "doze", os "sete", os presbíteros, os profetas, o grupo das mulheres, Maria e os irmãos do Senhor e por fim a assembléia dos fiéis reunida nos momentos altos (como no "concílio" de Jerusalém). Nas CEBs acontece o mesmo: surgem os vários ministérios, os quais são assumidos em forma fundamentalmente participada e fraterna. Eles são vividos comunitariamente e não de maneira centralizada. De resto, as CEBs aparecem como o ponto mais visível (como um iceberg) de um vasto movimento de renovação eclesial a partir de baixo e que se exprime também naqueles movimentos, de classe média ou não, que se colo-

cam à serviço dos pobres: CPT, CIMI, CDDH, CPO, etc.

Por tudo isso pode-se dizer que as CEBs refazem a Igreja a partir de seu arquétipo: a Igreja dos Apóstolos e de Maria, Mãe de Jesus. Elas não são meros instrumentos pastorais da Grande Igreja, montados para realizarem seus objetivos práticos. Essa é uma visão utilitarista das CEBs. As CEBs têm um caráter mais que puramente pastoral: elas têm um **estatuto eclesiológico** distinto: elas não são um "movimento a mais dentro da Igreja", elas são a "Igreja toda em movimento". Elas são uma "Igreja celular" ou "molecular", onde se vive todo o ministério de Cristo e que cresce como uma Igreja completa em todos os níveis: litúrgico, catequético, caritativo e organizacional. E é de se lamentar que o atual Código do Direito Canônico, à diferença da EN (n.º 58), não tenha se dado conta desse importante processo eclesial e por isso não lhe tenha dado o espaço que ele merecia. Contudo, podemos certamente dizer que vale para as CEBs o que disse o Vaticano II da Igreja particular: "Em todas as legítimas comunidades locais dos fiéis... está verdadeiramente presente a Igreja de Cristo... Embora muitas vezes pequenas e pobres, ou vivendo na dispersão, nelas está presente Cristo" (LG, 26).

Clodovis Boff é frade servita, assessor de CEBs e um dos expoentes da teologia latino-americana.

CEBs: expressão da Igreja-povo

D. Luiz Gonzaga Fernandes



D. Luis Gonzaga Fernandes: pioneirismo na instalação das CEBs.

Os Encontros Intereclesiais das CEBs nasceram de uma iniciativa muito humilde. Um dia, em Vitória (ES), a gente pensou em convidar meia dúzia de irmãos bispos que trabalhavam em caminhos semelhantes aos nossos, para provocar uma primeira troca de experiências iniciais de Comunidades Eclesiais de Base. Este foi o pensamento original: reunir seis bispos de seis dioceses com experiências iniciantes de CEBs. A verdade é que o pensamento foi bem acolhido pelos colegas e, em vez de seis, apareceram doze dioceses. Em vez de 20, 25 pessoas, vieram 70. Isso ocorreu no início de 1975. Aí decidiu-se fazer um outro encontro, ampliado, em 1976. O primeiro colocou a proposta da Igreja-povo, a Igreja que nasce do povo pela ação do Espírito de Deus. O cerne da questão era este. O encontro profetizava um pouco tudo o que, no futuro, emergiria das massas populares do Brasil, expressão rica da Igreja-povo.

As fontes inspiradoras, os processos geradores das CEBs no Brasil, estão ligados à teologia da Igreja-Povo de Deus, como se expressou no Concílio Vaticano 2º, mas antecipando-o, porque o Concílio recolheu as vertentes teológicas que o anteciparam. A vertente teológica da Igreja, numa dimensão mais histórica e comunitária, antecipou o Concílio Vaticano 2º. Ele não antecedeu as CEBs que nasceram antes dele e se beneficiaram das inspirações eclesiológicas que tiveram seu endosso no Concílio.

Do ponto de vista histórico, houve uma série de experiência germinais das CEBs no Brasil, embora não tenham sido o modelo. Os primeiros projetos não tinham a dimensão comunitária que as CEBs hoje encarnam e o modelo propriamente dito das Comuni-

dades de Base foi gestado ao longo dos tempos, numa evolução da história dessas comunidades. Elas nasceram de sementes que se desdobraram com a experiência histórica. Para compor a figura das CEBs no Brasil não podemos dispensar o fator político. A experiência dramática vivida no período da ditadura, a situação política opressiva e repressiva, tudo isto foi incorporado à experiência das CEBs e foi algo imprevisto, evidentemente, nas primeiras experiências vividas e na doutrina do Concílio. A CEB que temos hoje não é a realização de um projeto inicial, mas uma conquista. É uma escalada histórica que fizemos, incorporando elementos emergentes na vida da Igreja e na vida do Brasil.

OS DEMAIS ENCONTROS

O segundo encontro das CEBs, também em Vitória, de 29 de julho a 1º de agosto de 1976, destacou o sentido do processo de caminhada do Povo de Deus. Foi dada ênfase ao caminhar. Nele, tivemos um plenário bem maior — mais de 100 pessoas — todos empolgados por esse aspecto da caminhada histórica. Deste modo, a CEB não seria uma pequenina seita parada no tempo, um pequeno núcleo de vivência espiritual, mas a engrenagem dos discípulos de Jesus no processo histórico do Brasil, querendo criar his-

tória, fazer um mundo novo. Este encontro marcou muito o futuro da caminhada das CEBs.

O terceiro encontro, em João Pessoa (PB), de 19 a 23 de julho de 1978, foi marcado pelo aspecto da libertação. A organização do povo para a libertação. Um passo adiante, desdobrando os componentes básicos das CEBs, em marcha para a libertação, como o grande esforço, a grande meta. Em plena ditadura, falar em libertação era algo muito perigoso. Estávamos bastante ameaçados. O segundo encontro já fora bastante policiado. Tive que resistir pessoalmente, porque a Polícia Federal queria invadir o plenário para participar na marra. Depois, tive que telegrafar para o Ministro da Justiça. Em João Pessoa, ocorreu o mesmo problema. O encontro foi marcado pela dramaticidade da violência e da repressão que o país vivia. Refletimos sobre a libertação não só como palavra, mas como bandeira levantada.

No quarto encontro, em Itaipu, município de Indaiatuba (SP), de 20 a 24 de abril de 1981, tratamos do tema da libertação ligada à organização do povo. Partir para a libertação não é uma ilusão de jovens, uma festinha de esquerda. Pressupõe a organização popular. Estávamos — e continuamos preocupados — no trabalho de educação polí-



Grupo de CEBs na reunião preparatória do 6º Encontro.

tica, com este aspecto de organização popular e, na época, esta educação política já aparecia como a grande proposta nacional.

O quinto encontro aconteceu em Canindé (CE), de 4 a 8 de julho de 1983, sob o tema "CEBs: povo unido, semente de uma nova sociedade". A dimensão política explodiu como prioridade. Tratava-se de descobrir cada vez mais o sentido e a dinâmica de uma Igreja que se organiza no meio do povo para fazer surgir uma nova sociedade, o horizonte que se levanta. E de verificar a contribuição das CEBs nessa perspectiva.

Agora, no sexto encontro, no próximo mês de julho, vamos debater o tema "CEBs: Povo de Deus em busca da Terra Prometida". Para que se construa uma nova sociedade, é preciso começar pela questão da terra de lavoura e de moradia e, para que essa luta seja cristã, é preciso que termine na dimensão escatológica da terra prometida dos Filhos de Deus.

CEBs E IGREJA

As CEBs contribuem para a renovação da Igreja em muitos sentidos: em primeiro lugar, valorizando a Palavra de Deus. Nelas, a Palavra de Deus recuperou sua vigência, seu valor fundamental para toda a vida da comunidade cristã. Foi um sopro do Espírito renovador, a Palavra de Deus viva, na Igreja viva. Em segundo lugar, as CEBs injetaram na Igreja a presença do povo, com toda a sua dramaticidade, a riqueza de sua tradição e a tragédia do seu sofrimento. Isto sacudiu toda a estrutura da Igreja. Em terceiro lugar, as CEBs têm sido uma grande oportunidade para a descoberta experimental, por parte da hierarquia da Igreja, da reali-

dade da sociedade, do mundo e do povo com quem convivemos. Se o povo invadiu a Igreja, esta acolheu o povo e passou a senti-lo na carne. Os bispos, padres, religiosos e leigos têm tido experiências formidáveis que têm revolucionado suas vidas, conforme os relatos que temos ouvido. Surge um novo estilo de ser bispo, padre, freira e leigo, neste contato direto da Igreja com esse povo sofrido.

CEBs E SOCIEDADE

Em termos de relacionamento com a sociedade brasileira, as CEBs têm ajudado o povo a tomar consciência de sua própria realidade. Têm sido uma escola de conscientização do povo brasileiro, ajudando-o a se conscientizar e a se dispor a lutar. Têm, também, ajudado na organização popular. No espaço das CEBs, o povo aprende a se organizar, descobre seu valor, reflete, decide e age. Elas são uma escola política, ajudando as massas a abrir horizontes, mediante a explicitação dos grandes valores do Reino de Deus que questionam a atual sociedade, não numa perspectiva de neocristandade, mas de autonomia da sociedade civil, numa linha de corresponsabilidade. A linha geral predominante é de discernimento nítido dos espaços específicos. Quando um militante de CEB está no partido, sabe que está a outro título do que quando preside uma celebração litúrgica.

CEBs E HIERARQUIA

No relacionamento entre as CEBs e a hierarquia, tem ocorrido um processo histórico. Elas surgiram em pequenas igrejas, sem maior prestígio. Mas houve uma escalada e, hoje, há 200

dioceses brasileiras que trabalham com as Comunidades de Base. No episcopado nacional, nunca houve maiores contestações às CEBs que estão incorporadas, há doze anos, aos planos pastorais da CNBB. Os documentos anteciparam-se ao compromisso concreto dos bispos. A nível do Vaticano, o primeiro texto a endossar oficialmente as CEBs foi a exortação 'Evangelii Nuntiandi' (sobre a evangelização no mundo de hoje) de Paulo 6º, em 1975, no seu número 58.

DIMENSÃO ECUMÊNICA

A prática mesma das CEBs está revelando, por outra parte, uma nova possibilidade de unidade cristã, novas alternativas ecumênicas, neste chão do povo. As CEBs vivem em função do Povo de Deus e dos compromissos históricos. Ora, nesse contexto, os católicos encontram-se com os irmãos evangélicos que não andam interessados em filigranas teológicas, mas no recado fundamental da Palavra de Deus, que é ecumênico. É também ecumênico o compromisso histórico nas lutas dos bairros, na participação social, nos partidos políticos e nos grandes problemas do povo, não somente com os que não têm fé, mas também com os que professam a Palavra de Deus. Temos encontrado, na prática, em vários pontos do país, um encontro, um diálogo, uma partilha muito irmã entre católicos e evangélicos. Várias igrejas evangélicas cultivam coisas muito boas com a índole das CEBs.

CULTO E LITURGIA

A produção litúrgica das CEBs é magnífica, sendo necessário ajudar a credenciá-la melhor, numa linha de inculturação. Quanto à floração de ministérios nas CEBs, é algo em crescimento, sujeito ao fator tempo. É um processo muito bonito que vai adquirindo solidez.

A MULHER NAS CEBs

As CEBs abriram um novo espaço para a afirmação da mulher na Igreja. Nelas, a mulher revela sua capacidade extraordinária de servir. E esta é, precisamente, uma das místicas das CEBs. Nelas, as mulheres exercem mais papéis e mais carismas do que os homens.

D. Luiz Gonzaga Fernandes é bispo de Campina Grande (PB) e participa, desde o começo, da experiência dos encontros intereclesiais das CEBs.

A Mulher nas CEB's

Carolina Drogus

Neste artigo, pretendemos analisar a experiência das mulheres leigas e religiosas que participam das CEBs. Para isso iniciamos fazendo uma breve análise do cotidiano dessas mulheres.

Dois fatores determinam a realidade de opressão social onde vive a mulher latino-americana marginalizada. Primeiro, ela é vítima do capitalismo selvagem que aflige toda a classe trabalhadora. Segundo, ela é vítima do machismo que a reduz a objeto "de cama e mesa". Como afirma Dussel, ela é duplamente oprimida: "Ela é a oprimida de um oprimido numa cultura oprimida".

Quer no lar ou fora dele, a mulher presta grande serviço à sustentação do sistema capitalista. Ela é quem cuida da reprodução privada da força de trabalho, economizando o parco salário do marido para criar, vestir e alimentar a família. A ideologia capitalista não reconhece o valor deste trabalho, porque não é remunerado. O machismo menospreza o serviço da dona-de-casa, porque ela fica no mundo "pequeno" do lar, enquanto o homem atua no mundo, é "feitor" do mundo lá fora. Segundo o machismo, esta divisão sexual entre trabalho dentro e fora de casa é completamente natural. Assim, o homem deixa todo o trabalho da casa — inclusive a educação dos filhos — exclusivamente para a mulher.

Quando o desemprego do marido ou as necessidades da família empurram a mulher para o mundo do trabalho, ela enfrenta logo nova desvalorização. Seu trabalho é desprezado, é reduzida à mão-de-obra barata que pode ou não vir a ser utilizada, conforme o interesse do sistema. Também a mulher, dificil-



A palavra da mulher é hegemônica nas CEBs.

mente pode ocupar cargos de maior responsabilidade (e salário). Segundo Sofia Dias Batista, que concorreu pela chapa de oposição nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos em 1984, a "especialização existe na metalurgia para a mulher, mas depois é difícil arranjar emprego como ajustadora, como torneira mecânica. Eles alegam que é serviço de homem, que na seção não tem banheiro para mulher. Eles justificam mil maneiras para impedir a qualificação da mulher. Então ela é sempre contratada como ajudante-geral".

Como se a discriminação no emprego não fosse demais, a mulher que trabalha fora continua encarregada das responsabilidades de casa. A d^a Aparecida, do Clube de Mães, afirma: "O homem faz o serviço dele lá na fábrica, entra em casa e acabou. É a mulher que trabalha fora e cuida da casa também". Enfim, ela assume sozinha uma tripla carga: profissional, doméstica e educadora. Como é que o mito da mulher fraca pode sobreviver?

Podemos encontrar uma resposta para esta pergunta se considerarmos o papel dos meios de comunicação. A imagem machista da mulher, enquanto objeto sexual é constantemente reforçada nas revistas, filmes, na música e, principalmente, na propaganda. Assim, o sistema capitalista aproveita da mulher mais uma vez. Como constata um folheto do Movimento Popular: "A propaganda usa a mulher como objeto para aumentar a venda do produto (...). A única coisa que interessa é o lucro."

A mulher é bombardeada com imagens machistas que a desvalorizam. Nas palavras de d^a Ilza, coordenadora do grupo de mulheres do Itaim Paulista, onde quer que a mulher se encontre na sociedade, ela sempre encontra o

machismo "nas entrelinhas". Com toda esta ideologia, reforçada pelos meios de comunicação social a serviço do capitalismo, não se há de estranhar quando a própria mulher desacredita de si mesma, desconfiando de sua própria capacidade. Uma pesquisa entre mulheres brasileiras já mostrou que muitas delas aceitam a proposta de que as mulheres "não têm muito do que se orgulhar". Quantas vezes ouvimos uma dona de casa e mãe dizer que ela "não trabalha"? E na fábrica, segundo constatou Sofia: "As mulheres contribuem pouco (para a profissionalização da mulher) por achar que é coisa de homem... Existe uma própria desconfiança das companheiras de trabalho quando uma mulher trabalha numa seção que é de homens".

Aproximadamente 40% das mulheres brasileiras enfrentam diariamente outra ideologia opressora além do capitalismo e do machismo. São as negras. Segundo constatou Elvira Rocha, do Grupo União e Consciência Negra: "No Brasil também existe uma coisa que foi muito forte, que foi a ideologia do embranquecimento, que fez com que a gente se escondesse, a gente se renegasse". Como o machismo suprime a consciência de ser mulher, o racismo suprime a consciência de ser negro (a). "Na minha infância", conta Elvira, "sobre o negro não se conversava na família". E ela acrescenta que esta atitude induzida pela ideologia racista, resulta em mais uma discriminação contra as negras. "Os homens negros, quando se destacam um pouco na sociedade, discriminam as mulheres negras, procurando mulheres mais brancas para casar-se".

Apesar de toda esta opressão e da ideologia difundida pelos meios de co-



Mulheres articulam novo espaço nas Comunidades de Base.

municipação, há uma tomada de consciência entre as mulheres latino-americanas nestes últimos 20 anos. Elas estão juntando suas forças e lutando por seus direitos, lutando pela vida, lutando por suas famílias. Para muitas mulheres, esta tomada de consciência está acontecendo dentro das CEBs.

Como afirma Elvira, a participação na CEB "contribuiu pra minha experiência, pra minha descoberta, né? E até pra minha descoberta que sou negra". Foi através de um encontro de padre, freiras e leigos negros que ela acabou participando da criação do grupo União e Consciência Negra. Muitas mulheres como a Elvira estão entrando na luta hoje, a partir das CEBs.

CEBs, REBENTO FEMININO

Na espiral da história da mulher, os últimos 20 anos se revelam plenos da ação do Espírito que se revela nas pequenas formas de organização do povo.

Em estreita cooperação as CEBs e a mulher, sementes de resistência, dão-se as mãos, numa crescente ocupação de seus reais espaços na Igreja e no mundo. Assim, a mulher encontra, nas pequenas comunidades de base, o lugar fértil para uma tomada de consciência de seu estado de dependência e opressão constante numa sociedade forjada sobre valores machistas e numa igreja onde a oração "Obrigado Senhor por não haver nascido mulher", ainda é tempo presente!

Nas CEBs as mulheres vão se descobrindo como sujeito histórico, com um papel e um lugar definido que tem que ser conquistado a cada dia e defendido sempre. É nas CEBs que, em pequenos grupos, nos Clubes de Mães, nas Cooperativas e tantas outras formas de agrupamentos, as mulheres vão discutindo os seus problemas especifi-

cos, o seu dia-a-dia de mulher, dona-de-casa, mãe, educadora e vai constataando mais e mais o estado de exploração em que vive sua família, sua vizinhança, o povo todo.

Como revela a pesquisa feita em 1984/85 pela Rede Mulher na Região Leste, de 94 Clubes de Mães pesquisados, 63 nasceram das CEBs. Conforme depoimento de algumas mulheres entrevistadas: "Antigamente a Igreja era só autoritária, o povo, as mulheres, não tinham direito a nada. Agora a gente caminhou, mas ainda tem muito pra caminhar, porque a gente não tem muito poder de decisão dentro da Igreja..."

A função das Comunidades Eclesiais de Base, como instrumento de conscientização e mobilização popular, principalmente nas periferias da cidade, está presente na vida e na organização das mulheres. Uma mulher, entrevistada pela Rede Mulher em 1985 dizia: "A gente percebe que a Igreja ajudou a conscientizar a mulher, a ter maior liberdade, a deixar de ser escrava". Ao mesmo tempo, foram das CEBs que surgiram, nos bairros mais pobres, os movimentos populares de resistência ao sistema centralizador e autoritário do governo. Em 1983, 63 ônibus lotados paralizaram o trânsito defronte ao Hospital das Clínicas de São Paulo e mais de 2.500 pessoas, na grande maioria mulheres, exigiam das autoridades municipais, estaduais e federais, melhores condições de atendimento à saúde da população da Zona Leste. É também das comunidades, na reflexão da vida na Palavra de Deus, que surgem outros movimentos importantes, tais como o movimento de creche, o dos "filhos da terra", da luta pela educação, o movimento dos favelados, a campanha pelas Diretas e outros... No relacionamento com as autoridades, em assembléias, caravanas, comissões de moradores, começa a

desenvolver-se um processo de conscientização política. De repente, o povo começa a perceber o que existe atrás da mesa de um secretário de saúde, ou de FABES, por exemplo, ou de uma porta fechada, na Prefeitura, com policiais impedindo a entrada do povo e até mesmo de uma comissão representativa, que quer entregar a solicitação de mais recursos para o bairro. E uma mulher diz: "A gente vê que a formação política, agora é uma necessidade. Porque eu vejo muitos políticos colocando as coisas da moda deles, e de repente a gente se sente sem condições de discutir com eles".

RESISTÊNCIA E MARTÍRIO

É desta disposição interna de se agregar, discutir, criar novas formas para garantir a vida, a sobrevivência e a dignidade do ser humano que vemos surgir hoje com novas formas, as cooperativas, as compras, padarias e hortas comunitárias; as lutas pela participação da mulher na Constituinte, pela Reforma Agrária. Rompendo as barreiras impostas pelo poder do homem, muitas se inserem no mundo do trabalho, participando nas comissões de fábricas, nos sindicatos do campo e da cidade.

Com esse tipo de engajamento a mulher se associa aos pobres, marginalizados, oprimidos, rompendo preconceitos religiosos, políticos e culturais de um sistema autoritário, classista e injusto, cujos poderes estão centralizados nas mãos de uma elite de homens. Isso provoca uma reação que vai da marginalização, calúnia, perseguição, tortura e morte.

Desde a década de 60 se acentua na América Latina o cenário de extermínio. Centenas de pessoas foram assassinadas e pelo menos 90 mil foram desaparecidas; entre elas, um número significativo de mulheres engajadas nas lutas: missionárias, leigas, professoras, índias, operárias, mães, religiosas, jovens, estudantes. El Salvador, Guatemala, Argentina, Nicarágua, Haiti, Brasil e muitos outros países desta América têm seu solo fecundado pelo sangue de mulheres que acreditaram no direito à vida e à liberdade e é pelo martírio de todas elas que hoje a luta continua e cada dia mais e mais mulheres se organizam com seus companheiros pra entoar, na luta, o canto novo pois "lutar não foi em vão"!

Carolina Drogus é leiga católica e desenvolve pesquisa sobre o papel da mulher nas CEBs.

CEBs na América Latina

"O que deve ser, tem força."

Francisco Moser

Você conhece a história de Alfonsina e o mar?... Histórias de menores? Histórias de trabalhadores cristãos? De mulheres corajosas? De jovens catequistas? De animadores de comunidade? De celebradores da Palavra?...

Na pequena favela do Jardim Elza (Itaim Paulista), a Semana do Índio de 1986, trouxe novidade. Dezenas de crianças pobres entrevistaram à vontade dois coleguinhos paraguaios, migrantes como todos os moradores da favela, sobre as aventuras das famílias que, um dia, eram donas das terras latino-americanas...

Nesses últimos vinte anos, os cristãos caminharam. O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, é o acontecimento mais genuíno e importante nos anos do pós-Concílio Vaticano II, porque é povo pobre quem redimensiona sua **missão** de transformar a realidade sofrida, numa **terra nova**, a partir de sua identidade de Povo de Deus.

Aqueles que durante muito tempo foram calados, pouco a pouco, profeticamente, foram colocando o cimento de uma nova sociedade.

É difícil documentar a riqueza de reflexões, de projetos, de preocupações do Povo de Deus que vai se assumindo como **gente nova**, capaz de anunciar a Boa Nova da libertação, que não admite nada do que oprime.

No **México**, agosto de 1985, dezenas de Comunidades assistem à Semana Teológica: "As CEBs, são Igrejas proféticas, quando se convertam, quando transformam". "Meu projeto de vida vai deixando de ser somente individual, agora faz parte do projeto popular". "As CEBs, profecia no meio dos conflitos".

EL SALVADOR — Carta às Igrejas, enviada das regiões controladas (no-

vembro de 1985): "tomamos consciência da realidade de miséria, exploração e marginalização e tomamos consciência de que somos capazes de mudar essa situação" (Crescencio, camponês de 38 anos); "a prática da justiça gerou uma vida de irmãos no acampamento". Os cristãos relêem o livro do Apocalipse para reencontrar força e esperança para resistir. "O mundo dos pobres oferece algo sumamente importante para a teologia: primeiro, os pobres vêem o mundo de modo diferente, logo, a fé real no Espírito, surge mais espon-

taneamente a partir dos pobres, como a solidariedade, a generosidade, sobretudo, o dar a vida..." (Jon Sobrino).

Nas Comunidades, o povo "recupera" a palavra de Deus, a faz própria. Não quer saber somente o conteúdo do texto "daquele tempo", mas coloca a Palavra como luz do hoje. "O certo é que as CEBs são o lugar da produção, expressão, comunicação e memória desta teologia. E não é nada fácil para teólogo profissional ter plena identificação com ela se não se coloca na escuta" (Enrique Dussel).



CUBA, fevereiro de 1986. O documento de trabalho para a reunião nacional da Igreja em Cuba, revela uma nova postura dos cristãos, na busca de formas sinceras de envolver-se na sociedade, sem que se considere a fé cristã um assunto particular; nasce um espírito de colaboração na tarefa comum de se colocar a serviço da sociedade.

HAITI — Os últimos meses foram testemunhas de mudanças nesse pequeno país do Caribe. A Igreja teve um papel relevante na preparação popular para esse início de mudanças. Abril de 1985: os jovens, em concílio, diante do que constatam, exigem do governo que não intimide aqueles que trabalham para "tirar a venda dos olhos do povo".

MÉXICO — As CEBs, no XII Encontro Nacional, se declaram "comunidade pobres, entusiastas e dinamizadoras da vida". Querem ser "semente". Pedem a graça "de não nos inclinarmos nunca diante dos poderosos, porém, sim, inclinar-nos diante dos pobres, os simples, os pequenos, nos quais Deus está especialmente presente". O México, por causa do terremoto, passou por uma experiência terrível. As CEBs tomaram posição corajosa contra a especulação imobiliária, contra as injustiças escandalosas provocadas pelos exploradores.

COLÔMBIA — Poderosos interesses particulares são denunciados quando do desastre do Nevado del Ruiz.

NICARÁGUA — "Como pequena flor na floresta amazônica, que, mesmo coberta por enormes árvores, cresce, buscando a luz porque possui a força da seiva", é a Igreja que nasce do povo da Nicarágua (...) por isso, viemos aqui para rezar e cantar com vocês, para expressar solidariedade, dar as mãos, e continuar depois sendo solidários em nossos países, para consolidar a semente que nasce aqui" (Leonardo Boff, de visita na Nicarágua).

CUENCA (Ecuador, 1984 — 2º encontro latino-americano de CEBs): "As CEBs nasceram da Palavra de Deus, da análise da realidade de opressão, do compromisso com esta realidade... proclamamos que as CEBs são uma alternativa de serviço num mundo marcado pela dominação"...

Conhecem a história de Rigoberta Menchú, da Guatemala, que denuncia ao mundo as atrocidades cometidas contra todos aqueles que professam, de modo comprometido, a fé cristã? E quantos mais, pela América Latina afóra?...

"Através das CEBs, o povo está se convertendo em **sujeito eclesial**, está sendo Igreja em primeira pessoa. Por-

que uma Igreja como a do 3º Mundo, com tão poucos padres, é assim tão dinâmica? Porque são os leigos que carregam para frente o trabalho da Igreja, não a partir da ordenação senão a partir do batismo" (Clodovis Boff).

O que significou "ser cristão" para milhares de pessoas nesses últimos anos na América Latina? Por que justamente nos últimos vinte anos, se desde a conquista, existem miséria, exploração e grito de dor?

Foram os tempos da industrialização, dos "milagres econômicos", do "inchamento" das cidades, das massas migrantes empurradas para as periferias do sistema. História de milhões de pobres em movimento constante. Uma época de projetos faraônicos...

Mas, foram tempos também de "vento contra" desde o começo da década de 60. Existem dezenas de indícios que mostram nos cristãos e nas Igrejas uma mudança de lugar social, uma compreensão nova do papel da religião, uma reconciliação entre os símbolos religiosos e os símbolos políticos, opção pelas camadas mais lasçadas, compromisso de defesa com os direitos dos "condenados da terra", distância crítica frente aos sistemas, aos ditadores, aos populistas. O sistema do coronel. O sistema da explora-

ção mineira. A surra. A morte na fornalha. O projeto do álcool. Tempo de guerra, de arrocho, de carestia, de desemprego, de expulsão cotidiana dos frutos da produção. Histórias de quem plantou. Dramas de quem não colheu.

Mas, foi também um processo de saída "do centro para a margem" (esqueceram profetas cansados?), de nova sensibilidade, de entranhas de solidariedade, de "descentralização" do espaço, do poder, do ministério. Cresceu, nesta quadrada das águas reencontradas, a resistência dos excluídos, fortaleceram-se as variadas formas de organização. Firmou-se a compreensão de que **evangelizar** é um conjunto de atividades e posturas que criam novos projetos de vida, que levam as pessoas a comungarem com o projeto de Jesus de Nazaré, a comungarem toda luta, toda morte, que provoca metodologias de participação real, vontade de pôr o pé na estrada, todo dia, de novo, de "trabalhar com", de aprender a dialogar com ideologias outras, com outras Igrejas, outras formas de vida. No diferente, no outro (no índio, no negro, na mulher oprimida, no menor perseguido) está presente a utopia e o esboço de um caminhar distinto. Visão de mundo mais dinâmica. Visão de Igreja, cada vez mais dentro da sociedade civil. Eis os passos dados: consciência,



Partir do pão:
memória e
compromisso
na caminhada
de libertação.

reivindicação, resistência, denúncia, solidariedade, organização, compromisso com o Reino da Justiça.

Passos e conflitos. Profecia no conflito.

Conflitos com o Estado autoritário. Conflitos pela manipulação insuportável das classes dominantes, que, desde sempre têm medo de pobres, de cheiro telúrico.

Conflitos com aqueles que viram nessa forma popular (bíblica, fontal, de raiz) de se agregar, de se alimentar, de autogovernar-se... uma ameaça ao poder constituído. (E não é para menos!). Essa forma tão familiar de apropriação da Bíblia, de ler, interpretar, ligar com a vida. Essa "mania" de denunciar, desmascarar, se apoderar da seiva vital. Essa ousadia de re-editar a façanha de romper com "o antro da escravidão" do Egito, de travessia, de busca da terra prometida.

Onde houve tentativa de construir o novo, as CEBs representaram espaço de educação e vivência da fé evangélica. Momento de articulação das bem-aventuranças e celebração da vida. Antenas esticadas para os Sinais dos Tempos, para os projetos de vida. Busca das raízes históricas. Reconstrução da identidade. Dignidade dos oprimidos. Lucidez frente aos projetos "globais" — Simpatia pelo mundo moder-

no. Exercício de convívio ecumênico. Coragem e destemor na luta pela justiça.

Até onde andamos como Igrejas? Chegamos aonde não queríamos? Andamos demais? Quantas CEBs existem? Com que garra resistem?

Têm capacidade de multiplicação? Como garantir o avanço num momento de cansaço institucional?

Vivemos um tempo de novas tarefas. Desconhecidas?

O que importa mais neste momento?

Abrir o leque sobre os acontecimentos. Escutar a história.

Acolher as intuições mais férteis. Recolher os testemunhos coletivos e individuais de fé, de luta, de caminhadas significativas, das histórias de sangue derramado. Sistematizar as experiências, devolvê-las aos legítimos atores dessa empreitada. A nível local. A nível continental.

Acreditar que o espírito de Medellín e Puebla ainda sopram sobre as velas da libertação. E acreditar mais na missão do que na conservação. Na oração e no compromisso cotidiano pela transformação...

...Que o desafio para as Comunidades, para os animadores, os agentes, os militantes, continua sendo este: permanecer "colados" ao rio fecundo

do movimento histórico, convivendo e a serviço, para discernir o caminho futuro.

...Que nesse momento é fundamental não abrir mão do trabalho miúdo, de multiplicação dos pequenos grupos, de avaliar, de articular.

...Que a dimensão política da fé e a participação na transformação da sociedade injusta representam um desafio permanente.

...Que as antenas devem captar e denunciar o populismo sofisticado da classe que domina os pobres.

...Que devemos ficar de olho na prática dos poderosos e não nos discursos "recauchutados".

...Que o cansaço não justifica nenhuma forma de traição e infidelidade à causa dos que produzem e recebem somente migalhas do sistema, como se fossem mendigos eternamente (haja vista a Reforma Agrária, a Constituinte, os programas governamentais, os "projetos 2001", o pacote econômico).

...Que o ecumenismo de base deve avançar.

...Que a dimensão missionária da caminhada é a fonte principal de renovação e de inspiração para um projeto mais ousado de Igreja.

...Que a leitura da Palavra de Deus, na ótica das classes populares, tem que dar passos mais vigorosos.

...Que a consciência latino-americana, a militância na comunidade e no movimento popular, são ingredientes indispensáveis para uma retomada do projeto de transformação das estruturas iníquas da América Latina.

...Que a mística, a realimentação das motivações é tarefa inadiável.

...Que o testemunho dos mártires é a memória profética da caminhada.

San Oscar de América repete aos ouvidos das Igrejas: "é um orgulho misturar o nosso sangue com o sangue do Povo".

João Diego, índio de Guadalupe, empobrecido e humilhado, caminha no coração das comunidades populares.

Quem pagou mais? Como seguir andando?

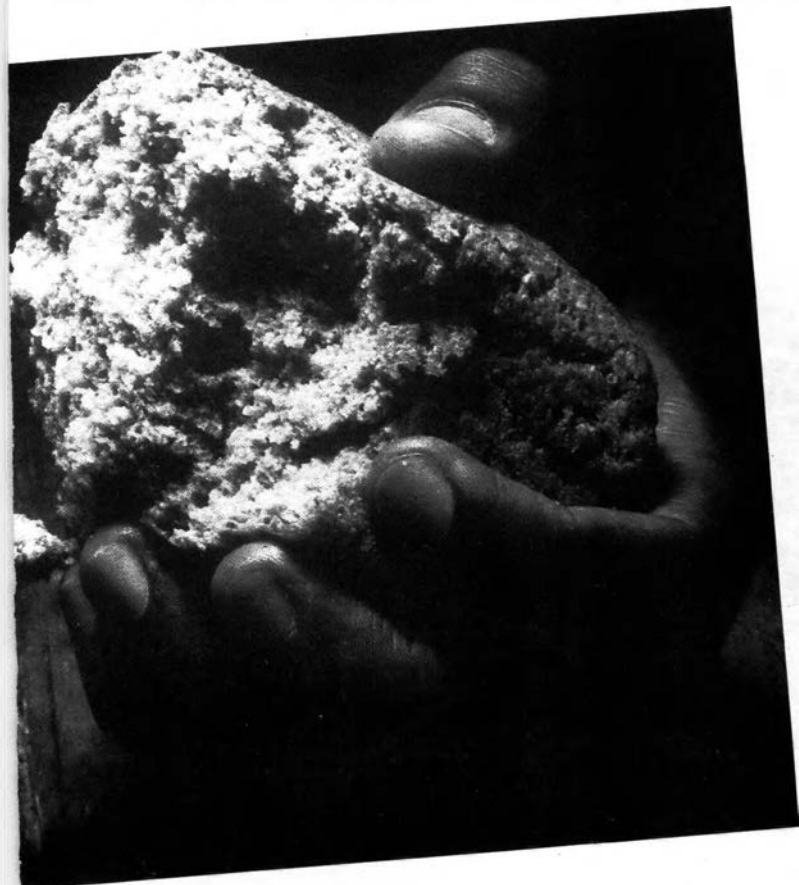
O que importa é fazer a companhia, o companheiro, ter vida. Ou não?

O que vale é a entrega.

Felicidade verdadeira é zelar pela qualidade da vida coletiva.

Padroeiros de nossa fragilidade, olhem pelo nosso futuro!

Francisco Moser é sacerdote católico e assessor de CEBs na periferia de São Paulo.



CEBs: alguns pontos a aprofundar

Dermi Azevedo

Consideradas como a experiência mais significativa na Igreja latino-americana, desde o Concílio Vaticano 2º, e como a matriz onde se gestou a teologia da libertação, as Comunidades Eclesiais de Base preparam-se para realizar, no próximo mês, seu sexto encontro intereclesial na cidade-santuário de Trindade, perto de Goiânia, Goiás. Neste momento, quando os agentes pastorais e militantes de CEBs preparam-se para uma verdadeira peregrinação até esse evento, que terminará com a romaria da terra, é importante destacar o significado das

CEBs como "um novo jeito de ser Igreja", na rica expressão popular e também alguns limites dessa experiência. Nosso ponto de partida é o de que qualquer experiência precisa estar sendo sempre pensada e repensada, à luz da prática transformadora, para que possa avançar sempre mais.

CONSTRUIDAS NA LUTA

Em termos de avanços, é inegável que as Comunidades de Base não surgiram como criação teórica, como uma elaboração de cima para baixo, um projeto imposto. Nasceram de baixo para cima, dentro de um processo que une fé e política, dentro da luta de to-

dos os setores do povo para afirmar seus direitos, seu lugar e sua palavra, numa sociedade profundamente marcada pela dominação. Elas já surgiram afirmando a dimensão essencialmente libertadora do ser cristão, com tudo o que isso significa de partilha, divisão de tarefas, serviço, redefinição do modo tradicional de presença da Igreja na realidade.

BANHADAS PELO MARTÍRIO

Foram, também, avançando, em todos esses anos, a partir da impressionante realidade de sofrimento e martírio da grande maioria de nosso povo. Um sofrimento multiforme que vai da



Trindade (GO) será sede do 6º Encontro Intereclesial das CEBs.

falta de condições mínimas para a sobrevivência e para a vida, até o derramamento de sangue, no permanente genocídio da fome, da doença, do desemprego, da violência de toda ordem, do racismo, da eliminação de lideranças que se tornam incômodas para o sistema opressor como ocorreu recentemente com o padre Josino Moraes Tavares. Falar de CEBs, no Brasil e na América Latina, é, portanto, falar de martírio.

PONTOS A APROFUNDAR

Se, de um lado, existe essa realidade essencial de lutas e martírios dos CEBs — que constitui seus alicerces —, há, de outro, vários pontos a aprofundar, a partir do que se revela pela própria prática. Com base nos depoimentos ouvidos na reunião preparatória do sexto encontro, em abril passado, e também nas entrevistas com bispos, assessores, agentes pastorais — e companheiros da base —, podemos resumir esses pontos nos seguintes: relação entre uma experiência democrática, de serviço e uma realidade eclesial fortemente hierarquizada, muitas vezes autoritária; a dimensão ecumênica da experiência; a questão da participação dos militantes; a formação política; o tema da coordenação, da direção e da articulação nas

CEBs; o acesso dos leigos e religiosos não ordenados aos ministérios sacramentais, dentro das comunidades; o papel dos assessores, agentes pastorais e bispos na dinâmica de trabalho das CEBs.

Quanto ao primeiro ponto (experiência democrática dentro de uma estrutura hierarquizada e verticalista), há consenso, entre as pessoas ouvidas, de que o novo jeito de ser Igreja exige um novo tipo de bispo, sacerdote, religioso ou religiosa, agente pastoral. Requer um novo jeito de ser leigo, mais consciente do sacerdócio comum a todos os seguidores de Cristo. Do autoritarismo ao espírito de serviço. Da autoridade imposta pela função na Igreja ao exercício do poder legitimado pelo compartilhar da luta e pela vontade comunitária.

A perspectiva ecumênica nas CEBs é dupla: de um lado, a constatação de que, na base, os cristãos de várias denominações unem-se em torno de lutas comuns e reencontram, na prática, o essencial do ser cristão hoje; de outro, a verificação de que, a nível oficial, a caminhada ecumênica é mais dura. Ainda se enfatiza muito o aspecto confessional das CEBs, embora haja visíveis avanços, como a decisão de abrir espaço pleno e decisório para representantes evangélicos, no próximo en-

contro. Um novo jeito de ser Igreja (baseado na permanente novidade das primeiras comunidades cristãs) é um fenômeno que ultrapassa os limites confessionais.

Algo precisa, também, ser feito para ampliar a participação dos que pertencem às várias CEBs. Sem generalização (algo impossível pela diversidade dessas Comunidades), os sociólogos que as estudam verificam uma proporção muito grande de não participantes. É preciso, igualmente, refletir sobre a presença dos jovens nas CEBs, seja porque, muitas vezes, são limitados a tarefas secundárias, seja porque não encontram muito espaço para dialogar com os mais velhos, como lembra o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira.

A formação política nas CEBs é outra tarefa urgente, como destaca frei Betto. Essa arte nobilíssima, na expressão de Paulo 6º, tem exigências próprias que precisam ser estudadas, de modo permanente, por todos os militantes cristãos. E preciso reduzir o ativismo e reservar momentos para estudo de temas políticos propriamente ditos. As CEBs precisam, também, ajudar a definir um espaço de reflexão para aqueles cristãos que, a partir das Comunidades, deram um passo adiante e assumiram tarefas políticas nos partidos, sindicatos e outras associações.

Quanto à articulação e direção, há dois aspectos: sendo um jeito novo de ser Igreja, as CEBs estão por toda parte, no tecido eclesial. Mas parece insuficiente afirmar que sua direção é a mesma da Igreja como se apresenta tradicionalmente. É preciso encontrar um novo tipo de governo na Igreja que seja mais colegiado, mais aberto à voz e ao voto dos leigos. As CEBs precisariam de uma presença mais articulada e mais organizada no conjunto da Igreja em termos de direção.

Por outra parte, é preciso aprofundar o tema do exercício de ministérios pastorais e sacramentais nas CEBs, desclericalizando um pouco mais essas tarefas ligadas ao culto.

Por último, quanto aos assessores e agentes, sentimos a realidade de duas maneiras: o papel e o trabalho deles são essenciais para o avanço das CEBs, mas eles precisam retomar sempre o espírito inicial de não conduzir a reflexão, sem basismo e sem dirigismo.

Em síntese, há muito o que aprofundar nesta experiência nascida nas lutas do povo e marcada pela realidade do martírio, vivido sempre na perspectiva do "novo céu e da nova terra".



Desafios dos pentecostais às igrejas evangélicas tradicionais

Antonio Gouvêa Mendonça

A partir da década de 50, com intensidade maior ou menor, as igrejas evangélicas tradicionais têm sido desafiadas pelo movimento pentecostal. As expressões religiosas que foram, ao longo do tempo, sendo classificadas como pentecostais apresentam para os estudiosos duas características essenciais: uma sociológica, como decorrência da inadequação das igrejas tradicionais para acomodar em seu seio classes sociais diferentes, e outra religiosa, em virtude do desajuste entre a mensagem e a prática e as necessidades religiosas dos grupos populares dentro das congregações. Embora ambas as causas sejam aparentemente redutíveis entre si, a primeira delas está diretamente ligada à questão do poder dentro das congregações, e a segunda à satisfação de carências de toda ordem, principalmente sociais, e que são resolvidas pela via religiosa.

Ao longo destes trinta anos, o conflito dessas duas tendências dentro das congregações protestantes tradicionais tem sido resolvido dentro dos limites do poder religioso local ou nacional. Os insatisfeitos foram saindo e se espalhando pelas diversas igrejas pentecostais já existentes ou formando igrejas novas quando possuíam alguma liderança na igreja de origem. As igrejas tradicionais sofreram grandes perdas ao passo que as pentecostais aumentaram muito em tamanho e em número. O que aconteceu de fato foi uma espécie de nova Reforma, observadas as circunstâncias diferentes. Neste caso, não se pode deixar de considerar que os grupos insatisfeitos quase nunca quiseram sair de suas igrejas, mas sempre se esforçaram por produzir nelas reformas que lhes oferecessem espaço social e religioso. A tendência dogmática e uniformista das igrejas protestantes em geral e a necessidade de preservação da identidade, característica dos grupos minoritários, como é o caso das igrejas brasi-



A irrupção do sagrado no falar com Deus.

leiras, acabaram expulsando ou forçando os insatisfeitos a sair.

Hoje, os pentecostais são milhões no Brasil. Constituem um ineludível confronto para as igrejas evangélicas tradicionais que, todavia, parecem desconhecer o desafio que eles representam para elas. Já é tempo de se examinar, sem preconceitos, as causas desse confronto. As causas residem em questões de grande alcance sociológico e teológico que precisam ser ponderadas com atenção e minúcia. Algumas delas são bastante evidentes e outras não. Vou sumariar algumas delas sem aprofundá-las, somente como ponto de partida para consideração por parte das igrejas tradicionais.

UMA NOVA FORMA DE CULTO: FALAR COM DEUS E NÃO SOBRE DEUS

Aparentemente esta questão não vem à tona à primeira vista. Talvez nem as pessoas envolvidas tomem consciência da virada radical que ela representa sob o ponto de vista do culto. Mas, empiricamente, está em jogo a questão da liberdade. Quando o culto se situa no plano de um colóquio a res-

peito de Deus, porque mesmo nas orações o real interlocutor são as pessoas presentes, como acontece nas igrejas evangélicas tradicionais, Deus, como pessoa de quem se fala, está ausente. Os discursos são elaborados e os gestos contidos. No culto pentecostal, embora haja os momentos exortativos e pedagógicos, pode acontecer uma irrupção do sagrado, de Deus, no seio da congregação, quando as palavras e gestos adquirem uma amplitude de liberdade tal que chegam à alegria e à sensação de triunfo sobre todos os obstáculos da vida. Há verdadeiras epifanias no culto pentecostal.

RECUPERAÇÃO SIMBÓLICA: UMA RELIGIÃO VERSUS RACIONALIDADE

Esta questão está ligada à anterior porque tem a ver com o racionalidade do culto evangélico tradicional e a não-racionalidade do culto pentecostal. O ponto aqui, porém, reside na questão da verdade. No culto protestante tradicional, as palavras em si não têm valor algum, não são verdades, mas chegam a ela pela elaboração lógica do discurso. A verdade está no limite de uma boa demonstração porque as pessoas precisam ser "convencidas" a respeito

das coisas da religião. No culto pentecostal, o arranjo do discurso não é lógico, mas mágico, não no sentido comum do termo, mas no sentido de que as palavras por si mesmas têm poder. Assim, o discurso não é elaborado mas repetitivo. Não se procura o **entender**, mas o **sentir**.

DISTRIBUIÇÃO DE DONS: PARTICIPAÇÃO MAIOR DOS MINISTÉRIOS PELA CONGREGAÇÃO

A distribuição dos carismas significa a distribuição do poder. Talvez seja este um dos principais fatores da atração que o pentecostalismo exerce sobre as pessoas simples. Ao menos teoricamente, qualquer pessoa pode exercer o poder nas igrejas pentecostais na medida em que recebem este ou aquele dom do Espírito. Mesmo que não ascendam aos postos de liderança são reconhecidas e cercadas de prestígio no seio da congregação.

COMUNIDADES DO ESPÍRITO AO INVÉS DE COMUNIDADES DO SABER

As igrejas evangélicas tradicionais desenvolveram ao longo do tempo uma forte tradição do saber. As pessoas são levadas a estudar e a saber mais e mais coisas a respeito de Deus. A reprodução desse saber está a cargo de duas instâncias: o púlpito e a escola dominical, sendo que esta talvez seja a mais poderosa delas. Embora muitos chamem a este saber de experiência, trata-se de fato da codificação de princípios racionalmente demonstrados. Como o saber não está sujeito a limites, as pessoas ficam na escola dominical a vida inteira. Nas igrejas pentecostais, embora haja um saber empírico compartilhado por toda a congregação pela via dos testemunhos públicos durante o culto, o campo está sempre aberto para a "novum" que advém pela ação do Espírito. Esta abertura para o "novum", esta expectativa do "novum" é que faz do culto pentecostal uma atração. Como não se sabe o que vai acontecer, reina a liberdade e a alegria da novidade. O reino do Espírito é o reino da liberdade. Novamente o problema gira em torno da questão das regras, da contenção, da inibição, da ausência de liberdade. No culto evangélico tradicional tudo está previsto, sendo a verdade uma questão de demonstração. No culto pentecostal, pela ação imprevisível do Espírito, a verdade está para vir através dos eventos testemunhados e visíveis. A verdade é factual e não demonstrativa. Em suma, as igre-

jas tradicionais são comunidades do saber, ao passo que as pentecostais são comunidades do Espírito.

UMA FÉ VOLTADA PARA O COTIDIANO

As igrejas evangélicas tradicionais têm origem agrária. Mesmo as que começaram nas cidades foram compostas pela maioria de pessoas providas do meio rural. Como as pessoas do campo estão sujeitas, nas suas atitudes, à forças imprevisíveis e incontrolláveis da natureza, sua prática religiosa está voltada para poderes distantes e até certo ponto abstratos (note-se que estou falando de protestantes). Só em momentos de calamidades é que a prática religiosa se torna objetiva. Com a urbanização e crescimento das cidades e a migração de pessoas do campo para a cidade, as congregações evangélicas urbanas cresceram mas foram incapazes de reorganizar a sua prática religiosa em torno da realidade nova e das necessidades emergentes, necessidades estas mais dependentes da ação humana do que das forças da natureza. A inadequação da mensagem e da conseqüente prática religiosa fez com que a mensagem se tornasse neutra e exclusivamente moralista. As igrejas pentecostais, no entanto, tipicamente urbanas, embora de matrizes protestantes tradicionais, surgiram exatamente em torno das necessidades emergentes de ajustamento social e satisfação de demandas pela via religiosa. Assim, a fé pentecostal não caminha essencialmente na direção da salvação pela via ética, mas na solução dos problemas do cotidiano pela fé em Deus. A solução dos problemas do cotidiano constitui, na realidade, a salvação pentecostal. Novamente vem à tona a questão do empírico e

do abstrato. Uma religião empírica, a pentecostal, em confronto com uma religião abstrata, a evangélica tradicional.

Pode ser um tanto duro para os protestantes tradicionais reconhecer este confronto. Não é de admirar porque em toda a história da igreja os inovadores foram chamados heréticos. Não se espera que as igrejas tradicionais operem reformas estruturais para imitar os pentecostais, mas que considerem as questões levantadas, assim como outras que possam ser aduzidas, como um desafio de vida para a sua própria sobrevivência.

Quando as pessoas pertencentes às igrejas tradicionais começam a ter uma relação conflituosa com suas congregações, geralmente se queixam da falta de espiritualidade, do mundanismo e ausência de liberdade e igualdade no interior da comunidade. Na realidade, o que estão querendo dizer é que a comunidade está voltada para objetivos e necessidades que não são as suas, mas de outra classe de pessoas, exatamente aquelas que detêm o poder religioso em suas mãos. Aí reside todo o peso do desafio: como ajustar a prática religiosa assim como a sua mensagem à satisfação de todas as pessoas. Uma revisão corajosa das necessidades humanas do nosso tempo e a adequação teológica a essas necessidades, tendo em vista a maneira como os pentecostais resolvem cristãmente essas questões poderão constituir a única via de plausibilidade para o desempenho eficaz das igrejas evangélicas tradicionais.

Antônio Gouvêa Mendonça é pastor da Igreja Presbiteriana Independente e professor do Curso Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião do IMS.



A fé pentecostal busca a solução dos problemas cotidianos.

A quem pertence a teologia da libertação?

Julio de Santa Ana

A teologia da libertação continua sendo notícia. A partir da primeira **Instructio** emitida pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, da Santa Sé da Igreja Católica Romana, os principais órgãos de imprensa de todo o mundo ocuparam-se dela. O "colóquio" realizado na sede dessa mesma Sagrada Congregação entre os responsáveis por ela e frei Leonardo Boff, em 7 de setembro de 1984, avivou o interesse mundial por esse tipo de teologia. A polêmica foi viva. Frei Leonardo foi submetido a um silêncio "obsequioso" por quase um ano. Enquanto isso, foi preparado outro documento, divulgado recentemente. Através dele,

a teologia da libertação adquire patente de sã doutrina para a Igreja Católica Romana. Uma alegria pascal encheu os corações de muitos, quando se soube, no último Domingo da Ressurreição, que o silêncio de frei Leonardo havia terminado. Antes, as investidas contra o padre Gustavo Gutiérrez, já tinham perdido força.

Em março deste ano, representantes da CNBB, continuando as visitas **ad limina** do episcopado brasileiro à Santa Sé, reuniram-se com altos membros da cúria vaticana, durante vários dias. O próprio Papa João Paulo 2º participou nessas conversações. No decorrer desse período, a teologia da libertação foi debatida. A coleção "Libertação e Teo-

logia", recentemente publicada pelas Editoras Vozes, do Brasil e Paulinas, de Buenos Aires e Madrid, foi, com certeza, discutida nessa oportunidade. Paralelamente, esperava-se a promulgação da segunda **Instructio** da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Ela foi publicada em Roma, em 22 de março passado. Logo depois da Páscoa, durante a última assembléia ordinária da CNBB, o Papa João Paulo 2º fez chegar uma carta aos bispos do Brasil em que caracteriza a teologia da libertação como "útil, positiva e necessária". Em declarações à imprensa durante a assembléia, d. Moacyr Grecchi — que participou nas conversações da CNBB com os responsáveis pela Santa Sé, em março passado — afirmou, segundo as versões divulgadas pelos jornais, que a CNBB é considerada pelo Papa como a orientadora e a salvaguarda da teologia da libertação.

Significativo o destino dessa teologia que gera reações furiosas entre aqueles que estão em círculos próximos aos do presidente Reagan nos Estados Unidos, que motiva a impressão de muitos folhetos — com tiragens de milhões de exemplares e dirigidos contra ela; que chama a atenção de estadistas como Fidel Castro (cf. o livro de frei Betto: **Fidel e a Religião**) e que quase chegou a ser colocada entre as coisas perigosas para a fé, mas que, agora, recebe tanta atenção positiva!

De quem é a teologia da libertação? Os últimos documentos da Igreja Católica Romana e as declarações dos bispos brasileiros por ocasião da assembléia da CNBB, em abril passado, permitem chegar a pensar que, neste momento, a Igreja Católica Romana considera a libertação e a teologia que a acompanha como algo que precisa fi-



Julio: "a teologia da libertação não é uma teologia confessional".

car sob seu discernimento e análise (**Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação**, p. 65 e 70). Sem chegar a dizer que a teologia da libertação lhe é própria, a Igreja Católica Romana passa, quase de maneira imperceptível, a considerá-la como algo que corresponde à sua tutela. Isto é algo que merece uma cuidadosa consideração.

Sem dúvida, a teologia é algo que se concretiza no marco da comunidade cristã. Sem uma prática da fé — que precisa ser refletida e verificada, esclarecida e comprovada — não pode haver teologia. Nesse sentido, a teologia surge no contexto da **ecclésia**, a assembléia e comunidade de crentes que vivem a comunhão (**koinonia**) de uma fé comum em Jesus Cristo considerado Senhor, Salvador e Libertador. Contudo, a teologia não é a mesma em todos os tempos: houve épocas em que o desafio islâmico, informado pelas idéias aristotélicas, promoveu uma renovação teológica que, através de Alberto Magno e Tomás de Aquino, deu um novo rumo à teologia durante os últimos séculos da Idade Média: do agostinianismo, passou-se ao tomismo, da subjetividade à racionalidade. Isto era necessário para responder ao desafio dos tempos. Coisas semelhantes e parecidas repetiram-se muitas vezes. A reflexão teológica, desenvolvida em meio à comunidade de crentes, não pode separar-se da evolução histórica **e, sobretudo, daqueles que são os seus principais atores**. Ou seja, a teologia tem uma relação estreita com esses atores. Sem ser de sua propriedade, ela nasce e se desenvolve em estreita relação com eles.

Gustavo Gutiérrez, considerado como mentor dos teólogos da libertação, escreveu em 1973: "Há anos, um crescente número de cristãos participa nesse processo revolucionário e, através dele, no descobrimento do mundo dos explorados do continente. Este compromisso constitui o fato maior da vida da comunidade cristã latino-americana. E dá lugar a uma nova maneira de ser homem e crente, de viver e pensar a fé, de ser convocado como 'ecclésia'. Esse compromisso enfatiza uma linha divisória entre duas experiências, dois tempos, dois mundos, duas linguagens na América Latina e, por conseguinte, na Igreja (...) (Através dessa participação) vai sendo feito um caminho cuja novidade radical para uma reflexão teológica e para a celebração da fé, em comunidade, só se revelou paulatinamente. Trata-se de uma inteligência e de uma celebração da fé,



feita a partir da práxis libertadora com a qual os homens da América Latina estão construindo uma ordem social diferente e uma nova maneira de ser homens" (**Signos de Liberación**, CEP, Lima, 1973, pp. 13-14).

Podem-se juntar, a esse texto, muitos outros mais, não somente de Gustavo Gutiérrez, mas de muitos outros teólogos. Eles convergem para a afirmação, em **primeiro lugar**, de que a teologia da libertação, desenvolvida na América Latina, foi surgindo no contexto de uma prática social libertadora em que cristãos de diferentes denominações decidiram participar. Tal práxis de libertação não é exclusiva dos cristãos, nem, tampouco, em primeiro lugar, dos cristãos. É o resultado da decisão daqueles que, diante do sofrimento causado por tanta opressão e injustiça sobre o povo latino-americano, decidiram dizer "basta!" e procuraram mudar a situação. Isto é, a práxis da libertação surge do povo latino-americano, das organizações e movimentos populares que existem em seu seio, em algumas das quais há cristãos contados entre os militantes.

Em **segundo lugar**, de forma concomitante, isto levou muitos cristãos ao descobrimento do mundo do **outro**, daquele que está à margem, dos pobres e deserdados. É verdade que sempre houve, nas comunidades cristãs dessa parte do mundo, pessoas sensíveis à essa realidade do explorado, do índio e do negro massacrados pelos administradores e beneficiários da injustiça colonial e da ordem capitalista. A compaixão pelo sofrido foi o motor para sua ação. A novidade dos últimos quinze anos (e que está claramente presen-

te na teologia da libertação) consiste em que — em muitos cristãos latino-americanos — existe hoje a consciência de que "a pobreza do pobre não é um apelo a uma ação generosa que a alivie, mas a exigência da construção de uma ordem social distinta" (Gustavo Gutiérrez: **Signos de Liberación**, p. 18).

O **outro**: índio oprimido, negro explorado, mulher desprezada, camponês ou proletário que sofrem a injustiça, desempregados e abandonados, suscitam, por um lado, a rebeldia diante da "desordem reinante", cheia de morte e de dor. Mas, por outra parte, motivam a busca de uma nova realidade social: Esta, certamente, não é igual, nem será igual ao Reino de Deus. Contudo, para o cristão que se lança nessa busca, esse objetivo pelo qual luta é sinal do Reino, semente de mundo novo. Por isso mesmo, Gustavo Gutiérrez, nesse trabalho que estamos citando, afirma, nalgumas páginas mais adiante:

"Uma reflexão teológica no contexto da libertação parte da percepção de que esse contexto obriga-nos a repensar radicalmente nosso ser cristão e nosso ser como Igreja. Esta reflexão sobre a Palavra aceita na fé, apelará às diferentes expressões da razão humana contemporânea, às ciências humanas, além da filosofia. Mas sobretudo referir-se-á à práxis histórica, de uma maneira nova. Isto destaca sua diferença diante de toda tentativa de maquiular com "preocupação social" ou com vocabulário de "libertação" velhas posturas pastorais e teológicas. Atitudes fáceis e uma certa moda, levaram alguns, com efeito, a falar da mesma coisa, acrescentando-lhe o adjetivo "libertador" e vendendo, assim, uma mercadoria que começava a ser armazenada. Outra tentativa semelhante é a de interpretar, numa linha "espiritualista" (já que não é espiritual, com um sentido mais profundo) tudo o que se refere à libertação de Cristo. Desse modo, retira-se toda sua carga humana e histórica e pode ser aceito pelo sistema político e eclesiástico na medida em que não questiona nada, na medida em que o "outro" desse sistema não se faz presente e em que se continua como "família". Mas, como já dissemos, **o que aqui entendemos como teologia da libertação supõe uma relação direta e precisa com a práxis histórica. E essa práxis histórica é uma práxis libertadora. É uma identificação com os homens, com as raças, com as classes sociais que sofrem a miséria e a exploração, identificação com seus interesses e com suas lutas. É uma inserção no processo poli-**

tico revolucionário, para, a partir daí, viver e anunciar o amor gratuito e libertador de Cristo. Amor que vai até à própria raiz da exploração e da injustiça: a ruptura da amizade com Deus e com os homens. Amor que permite aos homens reconhecerem-se filhos do Pai e irmãos entre si". (Gustavo Gutiérrez: **Signos de Liberación**; p. 30. A ênfase é minha).

Foi precisamente esta descoberta do **outro**, do pobre, que levou a essa nova consciência eclesial entre os cristãos, a essa nova experiência da fé que logo foi articulada através da teologia da libertação. Se esta "teologia da libertação" pertence a alguém, pertence a quem descobriu o desafio desse **outro**. Isto quer dizer que também pertence ao **outro**. Não foi por acaso que essas linhas de convergência teológica começaram a ocorrer, ao mesmo tempo, entre católicos e evangélicos. Ambos refletiam uma experiência semelhante: a irrupção do pobre na história da América Latina. O próprio Gustavo Gutiérrez, juntamente com Rubem Alves, encontraram-se, pela primeira vez, numa consulta ecumênica celebrada em Cartigny, perto de Genebra, em novembro de 1969. E, sem que tivessem tido antes relacionamento de amizade nem de correspondência, sintonizaram plenamente seus pontos de vista, nessa ocasião. De fato, ambos estavam apresentando um discurso que não era exclusivo deles. Nem tampouco era exclusivo da comunidade cristã. Era o discurso que, em "sons indizíveis", era proclamado pelos oprimidos da América Latina: os teólogos tiveram o alto valor de colocá-lo em palavras, a partir da perspectiva da fé.

Isto me leva à **terceira** afirmação: a teologia da libertação não é uma teologia confessional. Com efeito, não há uma libertação que possa chamar-se "católica", nem "evangélica", nem "ortodoxa". Como não pode haver uma libertação "presbiteriana" ou "metodista" ou "batista". A libertação que Deus dá aos homens e mulheres em **sua** libertação, e como a dá gratuitamente, é a libertação **de todos** os que vivem na opressão. E é libertação **para todos**. Neste sentido, a libertação é ecumênica, universal. A obra de Deus não tem limites, nem pode conhecer fronteiras confessionais. Portanto, não corresponde a nenhuma confissão, a nenhuma denominação, nem sequer à que tem mais membros em todo o mundo habitado (a **oikoumene**) tentar apropriar-se da libertação e da teologia que vai sendo desenvolvida no contexto dessa práxis.

Falando teologicamente, se há alguém que é o sujeito e o tutor da teologia da libertação, trata-se do Espírito Santo. Esta não é uma resposta "espiritualista". São Paulo diz: "Onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade". Com efeito, onde há homens e mulheres que lutam contra a opressão e a injustiça, aí há liberdade. Onde há quem se oponha à agressão prepotente do imperialismo, como é o caso do povo da Nicarágua lutando contra o arrogância do governo Reagan, aí há liberdade. Onde há presos políticos que resistem à injustiça, à tortura, à barbárie, aí há liberdade. Onde o povo manifesta-se por estruturas sociais, políticas e econômicas mais abertas à sua participação e à democracia, aí há liberdade. E onde há liberdade, aí está o Espírito do Senhor!

A teologia da libertação nasce nesse contexto. É própria do solo que se cultiva nesse marco, onde o Espírito

manifesta-se através de movimentos históricos concretos. O Espírito do Senhor nada tem a ver com entelequias metafísicas, apesar de estarem bem tecidas, através de um apropriado manejo de palavras. O Espírito do Senhor, como ocorreu com Jesus, com Maria, com os profetas, está sobre o povo.

É preciso manter a teologia da libertação neste nível. Ela não pode passar às mãos de quem não se coloca nesse nível. A teologia da libertação é válida quando é confirmada, verificada, atualizada pelo povo pobre e deserdado, indicado por Jesus Cristo como herdeiro de seu Reino (Lc 6,20).

(Tradução de D.A.)

Julio de Santa Ana é teólogo metodista uruguaio. Um dos diretores do CESEP em São Paulo, já exerceu várias funções no CMI (Conselho Mundial de Igrejas) e outros organismos ecumênicos.

LANÇAMENTO

DOSSIÊ CONSTITUINTE

- A Constituinte de 1986: Construção da Democracia no Brasil.
- Documentos do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte.
- Os atores políticos no processo constituinte.
- Constituinte e Democracia Participativa.
- Movimento Constituinte Fluminense.
- A experiência constituinte de Vila Velha - Espírito Santo.
- Guarulhos ensina ao Brasil como se faz uma Constituinte Popular.
- Constituinte, Constituição! E agora?
- 20 textos inéditos e uma vasta cobertura da Imprensa.



212 páginas
Cz\$ 60,00

Faça seu pedido em cheque nominal para o
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP.

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador urbano 1981.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 10,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 10,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular.....	Cz\$ 20,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 30,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o **CEDI**
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).

Convocação geral em prol da libertação

Os irmãos Boff enviaram uma carta aberta ao cardeal Josef Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, onde discutem a "Instrução sobre a Liberdade e a Libertação", do Vaticano. Segundo os teólogos, essa nova Instrução tem como aspecto mais importante o reconhecimento de Roma à Teologia da Libertação. Fazem também algumas observações críticas e destacam trechos que devem ser aprofundados. Publicamos a seguir o trecho da carta onde eles discutem "algumas questões deixadas em aberto" pelo documento da Sagrada Congregação, e que creem devam ser objeto de reflexão "dos agentes de pastorais e dos próprios cristãos".

Clodovis e Leonardo Boff

O GRITO DO OPRIMIDO: QUEM ESCUTARÁ

A busca da liberdade e da libertação nasce como resposta ao grito do oprimido. O Deus da revelação escuta seus lamentos e se dispõe a libertar (Ex 3,7-8). O profeta se enche de iracúndia sagrada e em nome de Deus anuncia e denuncia. A Teologia não deve apenas pensar e ensinar; e deve, a seu modo, fazer eco ao clamor que sobe ao céu, transmitir paixão que mobiliza para a ação libertadora. O documento que estamos analisando contém luz mas não produz calor. É importante anunciar a verdade ortodoxa, mas cumpre também evangelizar, causar entusiasmo pelo dom da liberdade de Cristo e motivar um compromisso pela libertação junto com os oprimidos. Este aspecto poderia ser mais evidenciado no texto do cardeal.

DEUS LIBERTA DENTRO E FORA DA IGREJA

Jesus ressuscitado está presente na história de seus irmãos e irmãs. Seu espírito fermenta em todos os processos de mudança que apontam para o reino da vida e da justiça. Na história

da libertação, Deus esteve sempre atuando; houve pecado, interesses escusos dos vários agentes, manipulação do cristianismo, mas superabundou a graça e a vitória de Deus nas vitórias humanas. Esta perspectiva, que só a fé nos pode criar, abre o espaço para uma leitura menos desconfiada, reticente, contida e pessimista da história dos últimos séculos, que o documento aqui e acolá deixa entrever. Sem dúvida a Igreja conservou e viveu o evangelho da liberdade e da libertação que Jesus e os apóstolos nos herdaram. Mas nem sempre soube articular-se com a história maior dos oprimidos que também buscavam a vida e a liberdade; nem sempre foi suficientemente livre das alianças com os poderosos nem vigilante face às manipulações a que foi submetida a religião para salvaguardar privilégios e impedir a atuação da força libertadora do Evangelho em favor dos oprimidos e injustamente reprimidos em suas lutas de libertação. Pouco lemos desta evangélica autocrítica no documento que estamos analisando. A libertação hoje não

é feita contra Deus mas em nome de Deus. Ela não se dirige contra a Igreja mas com sua participação e solidariedade.

A VERDADE É SALVÍFICA PELA JUSTIÇA

É de fundamental importância que acolhemos a verdade de Deus como dom e autocomunicação do próprio mistério divino. A verdade nos fará livres (Jo 8,32). Mas não de qualquer forma. Aqui temos a ver com a verdade salvífica, aquela que modifica a nossa situação de injustos em justos, de solitários em solidários, de alienados de Deus em amigos de Deus. A verdade não liberta pelo simples fato de tomarmos conhecimento dela, ou de anunciá-la por todos os meios de comunicação. Para conhecermos biblicamente a verdade de Deus temos que nos converter, fazer justiça e praticar o amor. Paulo diz que os "homens aprisionaram a verdade na justiça" (Rm 1,18). Quem pratica obras de opressão, se priva de conhecer a verdade que liberta. Para que haja o exercício da liberdade necessitamos de condições ma-



A Instrução apresenta "uma concepção exteriorista do pobre".

teriais e culturais indispensáveis; da mesma forma para que a liberdade seja salvadora, possa ser compreendida e vivida, se faz necessário que se supere a injustiça e se acabe com as opressões. Esta articulação entre gratuidade divina, verdade, liberdade e processo de conversão humana e social poderia ter sido melhor expresso do documento de Roma. Tem-se a impressão de que a verdade salvífica age "ex opere operato" (automaticamente) pelo simples fato de existir e de ser conhecida pelos homens. No entanto, importa criar as condições reais para que seja aceita e mostre sua plena eficácia. Caso contrário, poderá parecer uma verdade-fetiche e uma transcendência-ópio, pois ambos estão desligados da história.

SÓ HÁ LIBERTAÇÃO QUANDO OS POBRES ASSUMEM A SUA PRÓPRIA LIBERTAÇÃO

O documento assume a opção e o amor preferencial pelos pobres, "marca registrada" da Igreja latino-americana. Mas possui ainda uma concepção exteriorista do pobre. Segundo dá a entender o documento, o pobre se encontra fora da Igreja. A Igreja faz dele "objeto de um amor preferencial" e em função deles fez "inúmeras obras de beneficência" (n. 68). Esta linguagem era usual trinta anos atrás, quando as Igrejas se mobilizaram com obras assistencialistas para os pobres e raramente com os pobres. Medellín e Puebla insistiram no fato de que os pobres são sujeitos de sua própria libertação. É a partir do "reverso da história" dos humilhados e ofendidos que se percebe a relevância libertadora do Evangelho. O documento nunca fala das lutas, dos martírios, das organizações dos pobres mediante as quais buscam sua liberdade quase sempre negada na sociedade. Antes que a Igreja optasse pelos pobres, os pobres optaram pela Igreja, porque viam nela um aliado e um espaço de dignificação e reconhecimento de suas lutas. Reconhece-se o "sensus fidei" e a liberdade dos pequeninos e pobres (n. 21 e 98) mas nada se diz, como em Puebla (n. 1142), de seu potencial evangelizador e de sua capacidade de construir uma Igreja na base, verdadeiramente uma Igreja de pobres. Lamentavelmente os últimos continuam a ser considerados como últimos, e não, segundo o Evangelho, como os primeiros. Neste ponto, todos devemos ainda aprender muito e reconhecer aos pobres aquela centralidade que Jesus lhe conferiu (cf. Mt 25,31-46; Lc 6,20).

A GRANDE QUESTÃO DE HOJE: OS POBRES E NÃO A CIÊNCIA E A TÉCNICA

Por fim, permitimo-nos observar que o estilo e o tom do documento são pouco adequados ao tema abordado. Predomina o gênero doutrinário, abstrato, conceptualista e dedutivo. Mais que referir-se aos movimentos históricos dos oprimidos que impulsionaram processos reais de libertação, se discorre sobre as idéias e ideais libertários da cultura dominante do mundo moderno ocidental, mais precisamente, centro-europeu. As liberdades alcançadas pelos países ricos e os avanços científico-técnicos significam, em grande parte, novas formas de dominação sobre os países pobres, periféricos e reco-

nizados. Deste conflito internacional apenas se ouve o eco em toda a primeira parte (cf.n. 16-17). Estamos convencidos de que "a nova fase da história da liberdade" (n.24) será marcada menos pela integração das capacidades libertadoras da ciência e da técnica do que pela emergência no cenário mundial de um novo sujeito histórico hegemônico, os milhões e milhões de pobres organizados; eles certamente se apropriarão do imenso potencial libertador das ciências modernas, colocando-o a serviço da vida e da eliminação dos seculares inimigos dos pobres como a fome, a doença e a ignorância. Eles poderão inaugurar uma sociedade de paz porque assentada sobre a justiça e a participação de todos na comunidade ecumênica com o mistério de Deus.

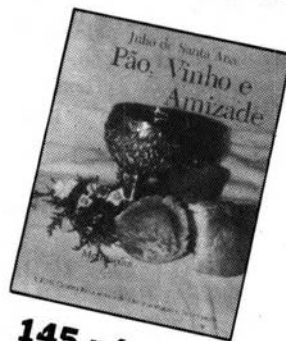
Julio de Santa Ana

Pão, Vinho e Amizade

Meditações do conhecido teólogo metodista sobre a Eucaristia.

Enriquecido pelas experiências ecumênicas e pela prática eclesial das Comunidades de Base, o autor reflete sobre esse ponto tão central para a fé cristã. E traz à tona a riqueza de sentidos que a Santa Ceia possui.

Sobretudo com a emergência dos pobres como atores de primeiro plano no desenrolar das lutas que conduzem ao Reino. "Na mesa há pão e vinho. Em torno dela há uma comunidade de amigos".



LANÇAMENTO
145 páginas
Cz\$ 65,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve.....	Cz\$ 20,00
Educação popular: Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cz\$ 20,00
Sexta Assembléia do CMI.....	Cz\$ 20,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia.....	Cz\$ 20,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo.....	Cz\$ 20,00
Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 — Javari.....	Cz\$ 35,00
Volume 3 — Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP)

Empresas de mineração e terras indígenas

José Pedro Soares Martins

O destino dos 220 mil indígenas brasileiros, sobreviventes do genocídio a que foram submetidos, desde o início do processo de colonização, quando eram cerca de 8 milhões, foi definitivamente colocado em xeque, pelo interesse de grandes grupos econômicos em explorar os minérios encontráveis em suas áreas. Isso, com a complacência das autoridades federais, que permitiram, apesar de impedimento legal, a criação, por parte daquelas corporações, de um poderoso arsenal de mecanismo que lhes potencializam a pesquisar e mesmo explorar as jazidas situadas nas áreas indígenas.

Segundo o dossiê "Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia" fruto de pesquisa do Centro Ecuemênico de Documentação e Informação (CEDI) e da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), existem, atualmente, 537 alvarás de autorização de pesquisas e 1.732 requerimentos a respeito, com incidência sobre 77 áreas indígenas e sob o controle de 74 empresas ou grupos econômicos. A área total onde incidem os requerimentos e alvarás já deferidos é de 17.774.460,5 hectares.

A LEI E SUA NEGAÇÃO

O interesse dos grandes grupos econômicos nas áreas indígenas cresceu com as descobertas de jazidas pelo projeto Grande Carajás. A exemplo das terras do Carajás, grande parte das terras das áreas indígenas é originária do chamado Período Arqueano, de idade superior a 2 bilhões de anos, quando

formaram-se algumas das jazidas mais ricas do planeta. Conforme os geólogos da Conage, as corporações econômicas, especialmente aquelas de matriz multinacional, podem, com a tecnologia disponível, perfeitamente detectar a qualidade dos minérios encontráveis na Amazônia, estando aí a gênese do crescente interesse pelas áreas pertencentes aos povos índios.

A pesquisa CEDI—Conage revela um aumento crescente no número de alvarás e requerimentos a partir de 1983, quando o presidente Figueiredo assinou, a 10 de novembro, o decreto-lei nº 88.985, que autoriza a entrada de empresas de mineração em áreas indígenas, sobretudo as empresas estatais federais, e também as empresas nacionais, embora em "casos excepcionais". O decreto teria de ser regulamentado pela Funai, ouvido o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ligado ao Ministério das Minas e Energia, o que nunca chegou a acontecer. Além do mais, no que se refere ao tipo de empresa beneficiada pelo deferimento dos alvarás, o dossiê indica um claro desrespeito ao que ele prevê.

De fato, 268 alvarás (50% do total) foram concedidas a grupos privados nacionais, 215 (40%) a grupos multinacionais e "apenas" 54 (10%) a empresas estatais.

Entre os grupos nacionais beneficiados, destacam-se, com os respectivos números de alvarás: Brumadinho (34), Parapanema (33), Cerumbrás S/A Min. e Metais (13) e Mineração Macaúbas Ltda (13). Entre os multinacionais, despontam a Anglo American/Bozano

Simonsen (117) e o grupo Brascan British Petroleum (76). Os alvarás deferidos a empresas estatais federais estão divididos entre a Companhia Vale do Rio Doce (26), CPRM (21) e Petrobrás (4), além das estaduais Codesaima (1) e Prepará (1).

No dia 15 de abril, o relatório CEDI—Conage foi entregue em Brasília, aos ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Ronaldo Costa Couto, do Interior, que prometeram criar uma comissão, composta por assessores jurídicos das respectivas pastas e especialistas em questões fundiárias da Funai, que efetuará um levantamento dos alvarás liberados pelo DNPM, interrompendo-se os trabalhos em andamento nesse sentido. A comissão que entregou o documento, integrada por representantes do CEDI, Conage, da União das Nações Indígenas (UNI) e da Associação Brasileira de Antropologia, entretanto, reivindicou a imediata revogação dos 537 alvarás concedidos, a apuração das responsabilidades relativas à sua concessão, em face dos impedimentos legais existentes e, ainda, a revogação do decreto-lei nº 88.985. Com efeito, a constitucionalidade desse decreto vem sendo questionada, junto à Procuradoria Geral da República. Nas previsões da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), em breve o procurador Sepúlveda Pertence deverá dar o seu parecer e, em seguida, o Supremo Tribunal Federal procede ao sorteio do relator, que comunicará o posicionamento do STF.

José Pedro S. Martins é jornalista, redator da Agência Ecuemênica de Notícias.



O flautista mágico

Muitos e muitos anos atrás, do outro lado do mar, havia um país diferente: ele tinha um sol como nenhum outro. O seu sol gostava de música... E gostava tanto que, se o povo, lá em baixo, não tocasse músicas, pedindo que ele acordasse, ele continuava a dormir. Não saía do seu sono e o dia não amanhecia.

Todo mundo sabia disto. E era por isto que, bem cedinho, antes mesmo de tomar café, os acordadores do sol subiam ao alto da colina, em procissão e, de cima, olhando o horizonte, tocavam seus instrumentos. Eram violões, violas, violinos, cavaquinhos, flautas, pandeiros, cuícas, berimbaus, sanfonas. Aquela música ia até o esconderijo do sol, depois do mar; ele acordava e sorria, feliz, pensando que todos gostavam dele... E, bem devagarinho, mostrava seu rosto vermelho e sorridente, na superfície das ondas, lá longe, no horizonte...

Quando chegava a noite e as crianças iam para as camas, seus pais lhes contavam estórias de outros tempos, quando o sol ficara dormindo e a noite parecia não acabar mais, tudo por culpa do esquecimento: não lhe haviam feito as serenatas costumeiras, de madrugada...

As crianças ficavam com medo que isto acontecesse de novo, mas os seus pais e mães as tranqüilizavam e garantiam que, a cada manhã, os tocadores subiriam o morro, instrumentos na mão, e a música seria de novo ouvida pela terra e pelo céu. E assim, elas dormiam, e sonhavam sonhos felizes...

Foi durante a noite que aconteceu.

Estava escuro. As pessoas dormiam e sonhavam.

Eles foram chegando, em silêncio, ninguém sabe de onde, enormes gigantes verdes, com dentes de ferro e dragões amarelos com pontuças escamas de ouro. E foram ocupando todos os lugares: ruas, praças, estradas, praias... Quando as pessoas saíram com seus instrumentos, ao acordar, para fazer o sol nascer, viram que sua terra tinha sido invadida. Para onde quer que olhassem, lá estavam os gigantes e os dragões. Ninguém se mexeu. Ficaram lá, às portas de suas casas, paralisadas de medo, sem saber o que fazer. Foi então que um gigante verde começou a falar (devia ser o chefe) e um estranho barulho metálico saía de dentro de seu peito:

"De hoje em diante vocês estão sob nossa proteção, se obedecerem às nossas ordens. Todas as famílias podem dormir tranqüilas".

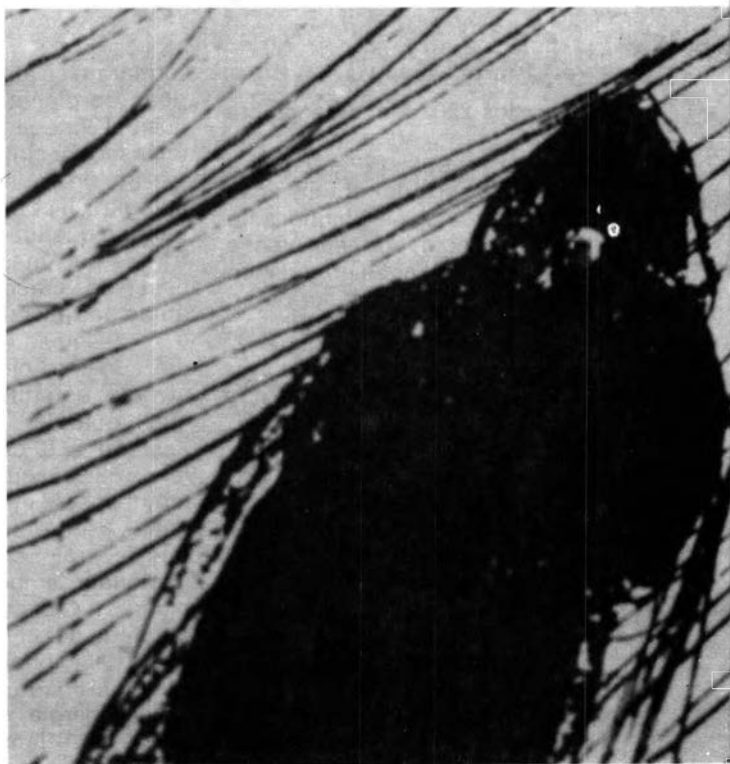
(Ninguém teve coragem de dizer que até aquele momento todos haviam dormido tranqüilos e que aquele era o primeiro momento de intranqüilidade em suas vidas).

"Nenhum estranho os perturbará", ele continuou. "Há um perigoso inimigo rondando este país. Vocês nada sabem a seu respeito. Nós sabemos melhor. É por isto que nossa proteção é necessária. É um inimigo solerte..."

"Papai", disse um menininho bem baixinho, para não ser ouvido pelo gigante. "O que é solerte? Eu nunca ouvi esta palavra..."

O pai ficou meio sem jeito, mas não pode escapar:

"E nem eu, meu filho..."



"Anda sempre escondido, e quando aparece é tão bonito que todos o amam. É muito perigoso amar as coisas bonitas", continuou o gigante. "Por isto estamos aqui, para que vocês aprendam a amar as coisas certas".

Era uma voz de baixo profundo, grave, grossa, falando de forma pausada, sem titubear, fazendo as palavras marchar, voz de quem tem a certeza de saber tudo:

"A beleza é enganadora", ele continuou. "Nós lhe ensinaremos o que se deve amar. O inimigo é enganador como a beleza. O inimigo é belo. A beleza é o inimigo. O seu nome é Sonho. Por isto, de hoje em diante, os sonhos estão proibidos. E como os sonhos gostam de aparecer ao embalo da música, a música também está proibida".

Aí um garoto criou coragem:

"Se a música vai ser proibida, quem é que vai fazer o sol nascer?" ele perguntou.

"Não precisamos do sol", disse o gigante. Teremos luz elétrica. Eletricidade é boa para comprar e vender. O sol, ao contrário é inútil. É gratuito. Não custa nada. As pessoas deverão se dedicar a coisas que sejam úteis e práticas, coisas que possam ser transformadas em riqueza. Trabalhar muito, dia e noite, para que haja progresso e para que o Sonho não apareça. Quem trabalha duro em coisas práticas não tem tempo para sonhar..."

Ato contínuo, os gigantes verdes e os dragões amarelos tomaram os instrumentos que os tocadores traziam em



suas mãos e os comeram ali mesmo, como se fossem bananas ou batatas fritas.

E assim aconteceu.

Pararam os sonhos,

Pararam as canções...

Só restava às pessoas o trabalho, para encher o vazio do tempo para espantar a tristeza, pra se esquecerem do medo.

Nem sequer conversavam sobre os seus sonhos de outros tempos (nem mesmo quando não havia gigantes ou dragões por perto). Falavam de outras coisas: cadernetas de poupança, negócios, carros novos, as casas que estavam construindo, as contas que tinham para pagar... E imaginavam que as cadernetas de poupança dos seus filhos seriam maiores que as suas, e nos negócios ganhariam mais dinheiro, e os seus carros seriam mais velozes, suas casas mais modernas. E concluíam: "É, serão muito mais felizes que nós..."

O sol nunca mais nasceu. Mas, em compensação — assim diziam os gigantes — havia energia elétrica de sobra. E todos podiam tomar banho de lâmpada, pois banho de sol é que não havia...

E a escuridão não terminava nunca, as pessoas trancadas dentro de suas casas, estava sempre frio, e já pela manhã as lâmpadas tinham de ser acesas. E havia frio e escuridão também, por dentro das pessoas, pois era lá que os sonhos e a beleza haviam sido enterrados. Alguns se lembravam, do fundo de suas camas, falando bem baixinho, dos tempos em que subiam ao morro para fazer o sol nascer, bloco de carnaval, e cantavam

os seus sonhos lindos nas canções que haviam inventado para chamar o dia.

Até que aconteceu aquilo que ninguém esperava.

Sem que ninguém soubesse explicar como, desceu das montanhas um homenzinho com uma flauta na mão. Quando o viram, todos ficaram com muito medo, porque os instrumentos de música haviam sido proibidos fazia muito tempo. Aquele homem estranho: com certeza era o tal de Sonho, que os gigantes verdes e os dragões amarelos queriam destruir. E trataram de se esconder em suas casas, para ver o que iria acontecer.

O homenzinho, que parecia nada temer, foi calmamente até um gigante verde que afiava sua espada, assentado em uma pedra. Ele pôs a flauta na boca e tocou uma velha melodia.

O gigante deu um urro de pavor, com a espada levantada. Mas foi inútil. Como num passe de mágica, ele se transformou numa mangueira. O homenzinho continuou a andar, até encontrar outro gigante. Pôs a flauta na boca, e tocou uma outra melodia.

E a mesma coisa aconteceu. Só que não foi mangueira. Foi pitangueira...

Depois foi a vez de um dragão dourado, que se transformou num ipê amarelo, coberto de flores.

As pessoas de dentro de suas casas, olhos arregalados, viam o que estavam acontecendo. E começaram a se lembrar das velhas canções esquecidas, os risos ao nascer do sol, a harmonia dos instrumentos... E estranhos arrepios de saudades e de coragem começaram a passar pelos seus corpos, e saíram de suas casas, numa grande procissão, caminhando e cantando e seguindo o canção, não tinham flautas mas sabiam assobiar e cantar, e quem não sabia fazer nem uma coisa e nem outra pegou as tampas de panelas, e com elas fizeram uma enorme barulheira, a música mais linda do mundo, e pareciam os exércitos de Josué, em torno de Jericó, enquanto os campos se cobriam de árvores frutíferas e de ipês floridos. E aprenderam que os gigantes e os dragões se derrotam com a Beleza e o Sonho...

Foi então que alguém se lembrou do homenzinho. Haviam se esquecido dele, enquanto marchavam em busca de gigantes e dragões.

"Onde está ele?", alguém gritou.

Procuraram que procuraram. Mas não foi encontrado em lugar algum. Desaparecera tão misteriosamente como aparecera. Só um menino disse tê-lo visto. Estava sozinho, tocando sua flauta, subindo a montanha, na direção das neves onde ninguém ainda havia ido. Disse o menino que, vez por outra, ele olhava para trás e sorria ao ver o verde e o amarelo que iam aumentando lá em baixo, na planície. A luz do sol nascente, quente, o envolvia com um brilho estranho, e ele até parecia um ente de outro mundo. E assim desapareceu, numa curva. Ficou encantado. Alguns disseram que ele partiu para a sua casa, muito longe, do lado de lá das montanhas. Mas eu penso diferente. Acho que ele retornou para sua casa, muito perto, dentro de nós, lá onde moram o sonho e a beleza. Por que é que eu penso assim? É que, vez por outra, ouço sua flauta tocando, e as árvores frutíferas e os ipês amarelos ficam muito bonitos...

Costa Rica: uma imagem deteriorada

PANORAMA GLOBAL

Durante a presente administração (Monge-Alvarez 82/86), a Costa Rica se caracterizou por uma crescente deterioração da imagem pública e internacional, ressaltando-se a política de neutralidade e algumas intervenções isoladas que protelaram ou evitaram uma guerra aberta contra a Nicarágua.

As finanças do país chegaram a um ponto tão crítico como o que se reflete numa dívida externa que ultrapassa os \$5.000 milhões; numa paralisação de sua produção, numa diminuição de seu comércio até mesmo na própria região centro-americana. O que acima descrevemos pode ser particularizado da seguinte maneira:

Situação trabalhista: O desemprego atinge no momento níveis alarmantes com as correspondentes seqüelas, tais como: aumento da delinqüência, prostituição, deserção escolar, tendência a aceitar qualquer tipo de admissão ignorando-se os critérios ético-morais. Por exemplo, consta que o índice real de desemprego na Zona Sul do país ultrapassa os 40% (estimativa muito generosa a respeito de uma das mais duras realidades que enfrenta o país).

Situação econômica: Em resultado da não reativação do aparelho produtivo e de medidas que paralelamente não incentivam a produção, esta se torna, por diversas razões, a mais dispendiosa na região e, portanto, vê descartada a sua capacidade competitiva. Neste sentido, a economia do país vem se sustentando na base de empréstimos e de investimentos de capitais cujos juros favorecem a bem poucos. A moeda tem sofrido desvalorizações constantes ao ponto de já estar quase igual ao que era no último ano do go-

verno Carazo Odio (78/82), 55 por um no câmbio oficial e 60 por um no câmbio negro.

Situação habitacional: O déficit neste setor, segundo as cifras oficiais, ultrapassa o número de 125.000 novas moradias, ao passo que outras estimativas não oficiais indicam uma carência que pode superar 2.000.000, sem levar em consideração que muitas pretenções soluções habitacionais não correspondem aos mínimos critérios de segurança.

Situação do campo: Uma das teses fundamentais da plataforma da atual

administração foi a que se expressou pelo "slogan" "Voltemos à Terra". Este já foi reinterpretado pelo povo: afirmam que voltaram para a terra sim, mas para serem enterrados pela fome e pela miséria que sofrem graças à pobre intervenção estatal em questões do campo. Diga-se, além disso, que a produção agrícola de 1980/81 desceu a níveis inferiores.

Relações centro-americanas: A presente administração desenvolveu uma política, tanto exterior como comercial, paupérrima com relação aos demais países da região, inclusive com o



Com a produção desativada, o país aumenta a dependência externa.

Jucá Martins/F4



População: 2.380.000 (est. 1983)
Área: 50.700 km²
Capital: San José (395.401 hab.)

Panamá. Os altos e baixos se refletem em situações mutantes com cada um dos países da região.

Um sinal desta situação é a paralisação que vem sofrendo seguidamente na elaboração de convênios e no pagamento ou cobranças de dívidas, bem como o fechamento de fronteiras ou aduanas, independentemente das relações políticas mantidas com este ou aquele país da região.

Presença norte-americana: É do conhecimento público — porque assim o divulgam a imprensa norte-americana e europeia, bem como as pesquisas de

estudiosos da região — que a Administração Reagan vem exercendo constante pressão sobre a Administração Monge a fim de conseguir que a Costa Rica desempenhe um papel de protegida norte-americana contra a Nicarágua. As diversas intervenções da A.I.D. em ações não populares e a presença de engenheiros militares atestam uma intervenção mais ampla e mais profunda da qual não apenas há suspeitas, mas também evidências cada vez mais numerosas.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Na realidade, a mudança tática do discurso político do candidato de Libertação, a partir do qual assomam traços de um programa alternativo ou de governo, é o que faz Oscar Arias — apesar da situação da atual administração — ganhar do seu adversário. Esses traços programáticos podem ser resumidos nos seguintes aspectos:

Entre a paz e a guerra: Nas eleições, desfeitas a ambigüidade e a semelhança entre os dois candidatos e posto de lado o que se conheceu como a posição Volio perante a Nicarágua, o candidato da Social Democracia rapidamente começou a levar vantagem sobre o candidato social-cristão. Isso estimulou mais ainda o primeiro a mudar sua tática e anunciar tarefas positivas bem como esforços pela paz em seu governo, não se valendo da tática de ataques pessoais que era própria do candidato perdedor — o povo escolheu entre a guerra e a paz — e temeu o resurgimento das famosas brigadas de choque de infausta memória.

Soluções locais e externas: Os assuntos internos foram tratados tibia-

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

mente durante a campanha entre os dois candidatos. Eram assuntos demasiado familiares, e Calderón deu a impressão de levar vantagem sobre Arias que representava um partido que no Governo sofrera desgaste, além de haver criado uma imagem de grande corrupção. Na segunda etapa da campanha, Arias se atreveu a defender posições locais contra o que parecia ser uma avalanche de imposições externas. Essa guinada foi um risco, levando-se em conta que a imprensa enfatizava a afirmação de posições de dependência e de sujeição às soluções externas.

O risco valeu a pena, pois um setor do povo queria respaldar uma afirmação nacionalista. Além disso, somou votos extra-partido, provenientes de partidos que elegiam para presidente o candidato social-democrata embora fossem outras as suas opções para outros cargos eletivos.

Propostas populares e consolidação da oligarquia: Ante a deterioração dos serviços públicos, o aumento do desemprego, o déficit habitacional e a quebra do setor agrário, o candidato Oscar Arias propõe e faz inclusive aliança para alcançar tais objetivos: propõe acentuado aumento de empregos, a superação da crise dos serviços públicos tais como a saúde e a educação.

Assume compromissos e oferece 80.000 moradias durante seu período de quatro anos, e afirma que tecnicizará e estimulará a produção no setor agrário, a fim de começar a consolidar a economia nacional e fechar a brecha de dependência. Enquanto isso, as propostas oligárquicas variavam desde duvidosos fatores sociais, propos-

tas de maior estrangeirismo no setor operário, até abertas formas de calar os mecanismos de reivindicação popular.

Busca de eficiência e compromissos políticos: Desde o começo de sua luta, o candidato Oscar Arias se caracterizou por obter a candidatura de seu partido através de uma luta tenaz dentro do mesmo, na qual defendeu novas soluções. Seu discurso, a partir de então, passou a sustentar que uma nova geração devia governar o país. Ganha a batalha no seio do seu partido, enfrentou outro candidato jovem com quem estabeleceu a diferença entre capacidade e inaptidão, méritos e compromissos políticos, experiência e improvisação, e visão político-administrativa contra defesa de interesses que não respondem às crises político-social e econômica que afetam o país e a região **cristã** — este foi sem dúvida um tiro de misericórdia no partido Unidade Social.

SITUAÇÃO RELIGIOSA

Perseguição católico-protestante contra visões teológicas progressistas: Na área católica romana, notou-se uma tentativa de centralização de todo o trabalho das paróquias e dioceses no interior das mesmas sob a coordena-

ção (centralização) do sacerdote encarregado. O processo de centralização da Cúria Romana (romanização) de João Paulo 2º obviamente repercute no seio das Igrejas de cada país. Em Costa Rica, se observou a mobilização de sacerdotes progressistas e a tendência a marginalizar aqueles que querem que a Igreja viva, celebre e torne realidade os acordos do Vaticano 2º, Medellín e Puebla. O 5º Sinodo diocesano realizado em Costa Rica pelos católicos é um claro indício de retrocesso nas concepções pastorais e missionárias da Igreja. Do mesmo modo, se observou uma clara identificação com as posições do Bispo Obando y Bravo, da Nicarágua, expressas através de convites, mobilização e intercâmbio de sacerdotes.

No campo protestante, a situação não é mais lisonjeira, havendo toda uma avalanche por parte de seitas e organizações conservadoras fundamentalistas contra todo espírito de progresso teológico-pastoral. Todos os grupos ecumênicos ou instituições teológicas de corte progressista são, em geral, isolados.

Nas eleições passadas, alguns setores protestantes decidiram inclusive participar do jogo do poder — atitudes nunca vistas antigamente — com uma

cara "cristã" e um conteúdo político-ideológico bem definido.

Normalmente, qualquer tentativa de reinterpretação bíblica e de abertura pastoral é rapidamente identificada como "questões de teologia da libertação", o que torna o trabalho bastante difícil.

Não obstante, há sempre um remanescente e novas pessoas crentes que estão dando uma contribuição positiva e lutando para que a Igreja faça o papel profético que lhe cabe num contexto tremendamente marcado pela guerra e seus rumores.

Temos que ser cautelosos e sábios para que, sem vacilar ante os desafios lançados pelo tempo histórico, realizemos no interior das Igrejas um trabalho que possibilite uma Igreja diferente, tanto na maneira de abordar a pastoral, o eclesiológico, como a leitura bíblico-teológica do tempo presente.

Há vários sinais que infundem esperança, e começamos a notar o surgimento, embora fraco ainda, de pequenas tentativas de criação de modestas comunidades eclesiais de base, tanto em setores rurais como em setores pobres da metrópole.

**Centro Ecumênico de Formação Pastoral y Acción Social (CEFPAS),
São José, Costa Rica.**

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cz\$ 20,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves).Cz\$	20,00
Poetas do Araguaia.....	Cz\$ 20,00
Batismo Eucaristia Ministério.....	Cz\$ 15,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira).....	Cz\$ 15,00
Protestantismo e Política.....	Cz\$ 10,00
Ideologia e Fé (André Dumas).....	Cz\$ 10,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador.....	Cz\$ 10,00
Chamados a dar testemunho hoje.....	Cz\$ 10,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo.....	Cz\$ 25,00
De Dentro do Furacão (Richard Shaull).....	Cz\$ 30,00
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Ecurra) — (CDHAL).....	Cz\$ 30,00
Quem tem medo da Reforma Agrária.....	Cz\$ 25,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.



Padre Josimo e outros josimos na guerra do campo

Dermi Azevedo

O assassinato do padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da CPT (Comissão Pastoral da Terra) na região entre os rios Tocantins e Araguaia, na Amazônia Legal brasileira, ocorrido dia 10 de maio, no centro de Imperatriz (MA), desencadeou uma comoção generalizada na opinião pública brasileira e reações muito fortes no exterior, inclusive no Parlamento Europeu. Depois desse crime, cujos reais mandantes e executores ainda não são conhecidos, houve mais dez assassinatos no campo, inclusive o de um pastor batista, José Inácio da Silva Filho, morto a tiros em Timon, a 445 Km de São Luís, Maranhão. De acordo com a CPT, há uma verdadeira guerra não declarada no campo brasileiro. Trata-se, porém, de uma guerra desigual: de um lado, lavradores e posseiros secularmente massacrados, expulsos, torturados, despejados, violentados, possuidores apenas de suas espingardas de caça, de seus facões, utilizados na luta diária pela sobrevivência. Do outro lado, poderosos fazendeiros, apoiados pelas forças policiais e pelos governos de turno, reunidos em 'uniões democráticas ruralistas' e milícias privadas como 'A Solução', de Goiânia (GO) —, influentes nos palácios de Brasília, respeitáveis 'produtores', cientes de que jamais serão processados, nem muito menos punidos.

O padre Josimo — filho único de mãe viúva, como em Naim — foi condenado à morte há vários anos, quando, na sua ordenação sacerdotal, proclamou sua opção definitiva pelos embrecidos. Nascido em Xambioá, no Pará, negro, migrante, ele conheceu,

desde cedo, a realidade de seu povo. A experiência de estudo — que incluiu o período em Petrópolis (RJ) como aluno de Leonardo Boff — só veio reforçar sua escolha inicial, profunda. Todos os josimos que fazem escolha semelhante — sejam católicos, luteranos, metodistas, episcopais, presbiterianos ou

batistas — são candidatos permanentes ao martírio. Não o seriam, se ficassem no limbo de indefinição que é, na verdade, a escolha do "status quo".

REGIÃO MARTIRIZADA

Quem percorre as estradas do norte de Goiás, sul do Maranhão e sul do Pa-



D.ª Olinda, mãe de Josimo, mostra a camisa ensanguentada do filho.

ALEXANDRE SASSAKI

rá, ao lado dos militantes da Pastoral da Terra, pode testemunhar o depoimento silencioso de uma região martirizada. Cada casebre conta uma história de despejos, incêndios provocados por jagunços, viúvas e órfãos, mutilados. "Aqui, nesta casa, uma família foi espancada pelos pistoleiros a serviço do fazendeiro"; "ontem à noite, em frente à minha casa, o patrão fez muitas provocações. Eu não reagi porque ele estava embriagado e eu poderia morrer. Quem sabe, amanhã ele melhor...", são alguns dos depoimentos ouvidos nas estradas.

Num dos povoados do norte goiano, havia um homem, doente mental, como tantos que vivem nesses interiores do Brasil, conhecido por todos. Um fazendeiro chegou em sua camioneta, parou e disse ao homem que iria levá-lo para trabalhar na sua terra. O homem respondeu que não iria. Foi esbofeteado. O fazendeiro foi beber num bar. O homem aproximou-se. "Você vai, agora, beber comigo", disse o proprietário. "Como vou beber com o sr. se ainda agora me bateu", respondeu o pobre. "Pois então você vai morrer", replicou o fazendeiro, mandando que seu capataz buscasse o revólver no carro. Já com a arma, disparou um tiro na cabeça do doente e, depois, foi embora, tranqüilo, para sua propriedade. O povo enterrou o pobre como indigente. Nada de processo, nem de flagrante.

Na missa de sétimo dia por Josimo, a pequena São Sebastião do Tocantins torna-se um retrato vivo das contradições sócio-econômicas e políticas regionais. Num dos cantos do lugar, o prefeito, cercado por dezenas de agregados, assiste à passagem de uma procissão de posseiros que pediam justiça. Para o prefeito, ex-PDS e agora PMDB, "com um grande futuro político", segundo se comenta, os conflitos na terra começaram com a chegada da CPT. É o dono da cidade. Diante da igreja, o povo que chora, os religiosos que presidem a celebração, agentes estaduais e federais, repórteres, diplomatas. Até um irmão do pistoleiro suspeito de ter atirado no padre Josimo, passa perto da pequena multidão.

Brasil da 'Nova República'. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, diz que 'reforma agrária é assunto secular' e sugere que a Igreja fique na sacristia. Os governadores não admitem que o governo central atue nos seus estados, contra os conflitos, em nome da 'autonomia' estadual. Sai o ministro Nelson Ribeiro, entra o ministro Dante de Oliveira. A terra continua em poucas mãos. Poucas, poderosas e impunes mãos.

proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR



ASSINE A proposta



Loteamentos sem títulos de propriedade legalizados, sem saneamento e com permanentes despejos: frutos da ganância dos loteadores e da cumplicidade dos governos. Essa foi a situação das últimas décadas, quando a Zona Rural do Município do Rio se transformou em bairros populares. Mas, graças à organização de seus moradores, com o apoio dos educadores populares, a realidade começa a mudar.

Publicação Trimestral que relata e analisa as experiências mais significativas de Educação Popular.

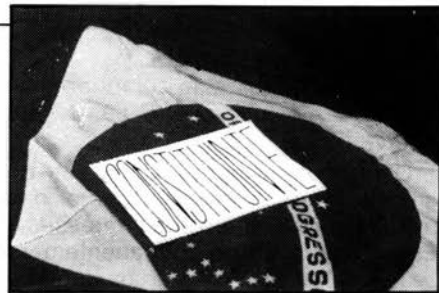
Valor: Cz\$ 70,00

Rua das Palmeiras, 90 — Botafogo — 22270
Rio de Janeiro-RJ — Tel. 286-6797

Envie ainda hoje este cupom

Nome																			
Rua																			
Bairro																			CEP
Cidade										Est.									Tel.
Profissão																			Data

Hanna



Educação, constituinte e movimento popular

Sérgio Haddad

Em março passado, no princípio do ano letivo escolar, o Movimento de Educação da Zona Leste de São Paulo reuniu na Igreja de São Francisco, no distante bairro de Ermelino Matarazzo, mais de 300 pessoas entre pais, professores e diretores de escolas para discutirem a questão do material escolar.

A reunião poderia ser uma novidade para as pessoas ali presentes, mas não era. Ela, como tantas outras reuniões realizadas no passado, discutia questões educacionais da região como parte do trabalho que este movimento vem tendo desde 1980, quando um grupo de mulheres, mães de alunos das escolas públicas da região, resolveram lutar pelo não pagamento da taxa da APM (Associação de Pais e Mes-tres). De lá para cá, as autoridades educacionais tiveram que aprender a lidar com o movimento e as suas mais diversas reivindicações: escolas noturnas, grêmio livre, cursos supletivos, não exigência do uniforme escolar, etc.

Este tipo de movimento, onde o povo se organiza para arrancar do Estado aquilo que lhe é direito, tem sido a forma onde na prática se conquista o que o discurso público proclama como dever.

A constituição brasileira de 1967 e a Emenda de 1969, dispõem ser "o ensino primário obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais". Hoje, nesta faixa etária, existem 23 milhões de crianças. Um terço delas, cerca de sete milhões e meio de crianças, não frequenta escola alguma. Das restantes, 44%, ou seja, 10 milhões de crianças estão defasadas em relação à idade.

São sérias candidatas ao abandono dos bancos escolares. Esta realidade permite que hoje, no Brasil, tenhamos mais de 15 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade.

Pouco adianta o dispositivo constitucional garantir o direito de cidadania se a prática da ação do Estado não proporciona o número de escolas necessárias, ou mesmo a permanência das crianças que entram.

Desta maneira, tem restado ao povo organizado tentar garantir o mínimo necessário para que suas crianças possam ter ensino de qualidade.

Não são poucos os estudos que têm mostrado que por trás do discurso oficial, onde a extensão do número de vagas é sempre produto das boas intenções dos políticos, existe um processo permanente de pressão por parte da sociedade civil por mais escolas e melhor qualidade de ensino.

É sobre este ponto de vista que podemos avaliar dois tipos específicos de atuação da sociedade civil. Um, por parte dos movimentos populares, que através de caravanas, abaixo-assinados, pressão sobre os políticos, controle das escolas, buscam cada vez



Movimento de Educação da Zona Leste, São Paulo

mais garantir que seja cumprido o seu direito de ter uma escola básica e de qualidade.

O outro movimento, por parte dos grupos de elites, procura manter o espaço no jogo político dos interesses no Estado, buscando permanentemente se apropriar dos já parcos recursos que são destinados à educação, através dos subsídios públicos para as escolas particulares.

É dentro deste quadro que vamos enfrentar o ano de 1986. Com uma nova Assembléia Nacional Constituinte.

Já, neste momento, podemos notar que a liberdade e a soberania da próxima assembléia a ser constituída está bastante comprometida pela forma como está sendo convocada, pelo poder econômico e pela pouca participação popular que vem ocorrendo. De qualquer maneira, ela está aí, e cabe a todo cidadão fazer com que a nova Constituição possa ser a melhor dentro do possível que o jogo de forças políticas permitir.

Assim, um primeiro ponto a ser levantado diz respeito à função que o Estado deve ter em relação à Educação. Parece fora de dúvida que é de sua responsabilidade assumir o ensino escolar básico e gratuito para todos. É de sua responsabilidade, pois o setor público é o único capaz de garantir este direito básico de cidadania para todos. Porém, esta oferta só terá eficácia quando além da oferta de vagas, for garantida a qualidade do ensino e a permanência das crianças no sistema. Ora, sabemos que a possibilidade de permanência destas crianças esta diretamente relacionada com as condições de vida desta população, portanto a garantia de vagas deve estar amarrada com garantias de saúde, trabalho, alimentação, emprego e outros direitos básicos de qualquer cidadão, ou seja um Plano Nacional de Educação dentro de um Plano Nacional de Desenvolvimento

Um outro aspecto dentro deste primeiro ponto é o da extensão do ensino básico para todos e em todos os níveis. Isto implica na oferta de oportunidades não só para as crianças dos 7 aos 14 anos, mas a todos aqueles que precisarem. Hoje no Brasil, o número de pessoas que não frequentou a escola básica, ou que passou por ela sem concluí-la com idade superior aos 14 anos, é quase duas vezes maior que o do ensino regular, aproximadamente 40 milhões de pessoas. E certamente não frequentaram por não terem condições sociais que o permitissem. É necessário resgatar esta injustiça.

Um segundo ponto é o do controle e defesa desta norma constitucional. Como fazê-los? Sabemos que somente com uma sociedade civil fortalecida poderá ser garantido o controle do Estado e portanto dos serviços públicos. Neste sentido, deverão ser oportunizados mecanismos de controle como os conselhos de escolas, os grêmios livres, os conselhos populares, os movimentos de defesa do ensino público, os sindicatos docentes, conselhos de educação democratizados e outros. Somente quando estes mecanismos estiverem funcionando sob a lógica do usuário destes serviços, e não sob a lógica do Estado e sua burocracia, ou das elites que controlam o sistema escolar, é que eles poderão efetivamente se democratizar e ganhar qualidade.

Além do mais, o fortalecimento destes mecanismos de controle passa pela consciência do direito de educação pelo usuário e esta consciência deve ser desenvolvida. Ora, em um processo como este que estamos vivendo, pré-constituinte, e mesmo durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição, deve haver um permanente amadurecimento de propostas, e uma ativa participação popular. Desta forma haverá ganhos de consciência e a possibilidade de controle por parte da população dos direitos constitucionais a serem conseguidos.

Além do mais, esta participação e esta consciência auxiliarão no processo de definição do tipo de escola que o

setor público deve oferecer, qual é aquela que mais interessa aos grupos populares.

Um último aspecto diz respeito às verbas vinculadas a este tipo de serviço. Inicialmente é preciso garanti-las, é necessário que se possa ter o suficiente para implantar o que buscamos e para tanto estas verbas devem estar vinculadas constitucionalmente. Em segundo lugar, é necessário garantir mecanismos de controle de sua aplicação. Sem isto, as verbas estarão sendo usadas para atender outros interesses que são contrários aos da maioria da população. Isto tem ocorrido na utilização das verbas públicas para subsídios dos comerciantes da educação; tem ocorrido também, na inversão da aplicação dos recursos, privilegiando o ensino superior em detrimento do ensino básico fundamental. Finalmente, é necessário haver um controle sobre esta aplicação, para que a grande parcela dos recursos sirva fundamentalmente para valorizar a unidade escolar e não para sustentar a enorme máquina administrativa do sistema.

Estes pontos, e certamente uma série de outros, fazem parte da pauta dos educadores neste momento, bem como da maioria da população. Lutar por eles, discutí-los e viabilizar formas de conquistá-los é assunto do agora.

Sérgio Haddad é professor do curso supletivo do Colégio Santa Cruz e membro do Programa de Educação e Escolarização Popular do CEDI.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 50,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

A interpretação da Bíblia na perspectiva da Pastoral Popular

José Comblin

Partimos da observação de que a Bíblia é o documento de uma história: a história de Jesus prolongando a história de Israel. Esta história é uma ação, uma práxis. Pois Jesus não somente esteve presente nesta terra, mas agiu nela. O Espírito Santo não vem para somente estar aqui, mas também para agir. Durante os séculos da sua história, Israel agiu. Por conseguinte, além do texto escrito da Bíblia, existe o agir que esses textos referem.

Ora, a presente prática dos cristãos no mundo é relacionada a essa prática que a Bíblia mostra. Sem dúvida, entre os tempos bíblicos e o tempo presente, muitas coisas aconteceram e as situações mudaram. Contudo a nossa fé ensina que ainda é o mesmo Espírito que agiu naquele tempo e está agindo agora, e que a história da Igreja atual é diri-

gida pelo mesmo Cristo que a dirigiu outrora. Nem o Cristo, nem o Espírito mudaram. Por conseguinte, deve haver uma verdadeira continuidade entre o agir de outrora e o agir atual dos cristãos.

Existe um perigo de concordismo: o perigo de projetar no passado as situações de hoje e de buscar nas respostas do passado as diretrizes de hoje. O Êxodo do Egito não é a libertação dos povos latino-americanos no século XX.

A Bíblia, porém, não nos leva para outro planeta. Move-se nesta terra, e nesta terra existem entre as épocas históricas verdadeiras analogias. Isto já é verdade desde o simples ponto-de-vista histórico. Se levamos em conta o valor universal da Bíblia como livro da revelação divina, as analogias devem ser muito mais significativas.

Pois na Bíblia Deus fala para todos os povos de todos os tempos. O que a

Bíblia narra, deve ter significado para todos os povos. A Bíblia não fala apenas da interioridade das pessoas, mas da vida concreta do ser humano completo, das sociedades humanas e dos povos tomados no seu conjunto.

Como descobrir as analogias entre as situações bíblicas e as nossas situações? A própria Bíblia fornece alguns princípios de orientação.

HUMANIDADE DIVIDIDA

Em primeiro lugar, a Bíblia inteira mostra uma humanidade dividida, em debate entre uma parte dominadora e outra oprimida. Há, por um lado, um poder esmagador, um poder de dominação e por outro lado um povo humilhado, dominado. No meio, um Deus que não permanece, indiferente, que não procura a síntese entre o bem e o mal, mas toma partido. Entre Jesus e



Arnilton Vieira

Em meio aos pobres, o caráter social e histórico da Bíblia é redescoberto.

os doutores, os sacerdotes e os chefes de Israel, Deus toma partido.

Em todas as páginas da Bíblia há um antagonismo ativo. O agir de Deus tende a promover os humilhados e a humilhar os orgulhosos. Essa intervenção de Deus no antagonismo fundamental da humanidade constitui uma primeira chave da história. O antagonismo revelado pela Bíblia existe também nos nossos tempos. O antagonismo radical dentro da história humana fornece uma explicação aos acontecimentos presentes.

OPÇÃO PELOS POBRES

Em segundo lugar, a opção de Deus pelos pobres não é um aspecto acessório da Bíblia é o próprio núcleo da revelação. Ela nos obriga a entender a totalidade da história num sentido bem preciso. A opção pelos pobres é precisamente o que nos dá a conhecer a essência de Deus. É a novidade cristã que diferencia o Deus cristão dos outros deuses da humanidade, quer dos deuses das filosofias, quer dos deuses das religiões.

A opção de Deus pelos pobres é tão universal que pode ser estudada de muitos pontos-de-vista. Existe o ponto-de-vista crítico, o psicológico, o místico ou histórico. Aqui destacaremos particularmente o ponto-de-vista histórico. Pois a opção de Deus pelos pobres gera um ponto-de-vista histórico novo na cultura da humanidade.

UM LIVRO DE HISTÓRIA

Em terceiro lugar, a Bíblia é também um livro de história: contém uma interpretação da história humana. Essa é a terceira chave que usaremos. A Bíblia mostra de que modo Deus intervém na história dos povos e do mundo. Refere os atos de Deus que constroem essa história. Pois os textos bíblicos não se apresentam como dissertações filosóficas ou doutrinas religiosas. Os textos bíblicos foram pronunciados e proclamados no meio de um povo: foram atos vividos no meio de uma história humana. Levantaram e alimentaram o povo de Deus, levaram-no a agir. As palavras de Deus contêm ordens, mandamentos, instruções, denúncias, promessas, exortações e nunca são puramente exposições de idéias. A Bíblia fala à inteligência em vista da ação, e não a uma inteligência especulativa.

Como livro que fez a história, a Bíblia não morreu. Ainda é capaz de ser um livro que pode fazer história. Consideramos aqui na Bíblia o seu potencial histórico, a capacidade que tem de provocar novos efeitos históricos.

A Bíblia não se dirige a indivíduos isolados. Ela fala aos povos tomados como sujeitos históricos, solidários e comunitários. Quando fala a indivíduos, considera-os como encarregados de uma missão social, eclesial. Desse modo a Bíblia gera uma história. Foi feita para influir no destino dos povos e nas condutas coletivas. Há uma tradição ocidental individualista que esqueceu e perdeu de vista o agir social da Igreja cristã. Na América Latina os cristãos descobrem a ação comunitária, a ação do povo como sujeito histórico. Graças a esse descobrimento, entendem melhor o caráter social e histórico da Bíblia. Não o inventam, mas descobrem o que a interpretação tradicional no Ocidente tinha esquecido.

Esta interpretação seria alheia aos princípios defendidos pelas autoridades eclesiais? No que diz respeito aos católicos, este comentário se submete à recomendação de Paulo VI aos exegetas italianos que participaram da XXI Semana Bíblica Italiana a 25 de setembro de 1970: "A fidelidade à Palavra exige também, em virtude da dinâmica da Encarnação, que a mensagem se torne presente, na sua integridade, não só ao homem em geral, mas também ao homem de hoje, a quem a mensagem é agora anunciada. Cristo tornou-se contemporâneo de alguns homens, falando com a linguagem deles. A fidelidade que se lhe deve, requer que esta contemporaneidade continue". No mesmo discurso, Paulo VI dizia: "Em todo o processo interpretati-

vo, e com maior razão, quando se trata da Palavra de Deus, a pessoa do intérprete não é estranha ao mesmo processo, mas está implicada nele e é posta em discussão com todo o seu ser" (Oss. Rom., n. 42, 1970).

Este comentário se sente profundamente identificado também com o Conselho Mundial de Igrejas, quando dizia na IV Conferência Mundial de "Fé e Constituição", realizada em Montreal (12/26 de julho de 1963): "A Igreja tem que interpretar a Tradição na sua forma escrita, como Sagrada Escritura (composta pelo Antigo e pelo Novo Testamento), em situações sempre novas... Uma mera repetição das palavras da Sagrada Escritura seria uma traição do Evangelho, que tem que ser feito compreensível e deve apresentar um desafio ao mundo" (n. 50). A IV Conferência dizia também: "Quando o Verbo se fez carne, o Evangelho chegou aos homens através de um meio cultural particular, o mundo palestino de então. Assim, quando a Igreja leva a Tradição a novos povos, faz-se necessário que o conteúdo essencial se exprima de novo nos termos das novas culturas" (n. 66).

(extraído da "Introdução ao Comentário Bíblico", publicado em co-edição por Editora Vozes, Imprensa Metodista e Editora Sino-dal).

José Comblin, belga de nascimento, trabalha na América Latina desde 1958. Autor de vasta obra teológica, ministra atualmente curso de Teologia Pastoral, em Lovaina. Reside entre agricultores no Nordeste brasileiro.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 30,00

América Latina: US\$ 50

América do Norte: US\$ 65

Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Conflitos no campo: o balanço do massacre

O agravamento das tensões no meio rural brasileiro, em decorrência do processo de concentração fundiária e do avanço na mobilização dos trabalhadores, tem caracterizado um clima de verdadeira guerra civil, talvez desconhecida para grande parcela da opinião pública. É o que se pode depreender de dois relatórios, publicados em abril, que apresentam, em seu conjunto, o saldo desse massacre anônimo, surpreendentemente multiplicado em 1985, o Ano Um da Nova República.

Segundo o dossiê "Assassinatos no Campo, Crime e Impunidade — 1964/1985", fruto de pesquisa de quase dois anos promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nada menos que 1.106 pessoas, entre camponeses, líderes sindicais, religiosos e advogados, foram mortos, em função de sua luta contra a injustiça social no campo, durante o período de vigência do regime militar. A pesquisa, coordenada por Maria Cristina Vanucchi Leme e Wânia Mara de Araújo Pietrafesa, baseou-se nos registros das regionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e nas informações muitas

vezes incompletas veiculadas pela imprensa, em razão ou do próprio interesse da imprensa ou da férrea censura imposta pelo estamento militar.

Levada à público, a nível nacional, a 30 de abril, a pesquisa indica uma evolução ascendente no número de assassinatos no campo, que aumentaram nos anos correspondentes à fase qualificada como de abertura política. Assim, foram 66 mortos em 1979, 91 em 1980, 131 em 1981, 58 em 1982, 96 em 1983, 123 em 1984 e 222 em 1985, o primeiro do governo da Nova República. Revelando o nome das vítimas e as circunstâncias em que ocorreram a maior parte dos assassinatos no campo nos últimos 21 anos, a pesquisa também atenta para os 60 desaparecidos durante a guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1974.

OS MORTOS

Os pormenores do crescimento no grau de violência no campo brasileiro, no ano passado, são relatados no documento "Conflitos de Terra no Brasil — 1985", da própria CPT, divulgada durante a 24.ª Assembléia Geral da CNBB, realizada de 9 a 19 de abril, em Itaici, município de Indaiatuba (SP). De acordo com a CPT, foram 768 conflitos, envolvendo 86.854 famílias, ou 567.354 pessoas. O maior número de casos — 636 — refere-se à questão da posse da terra, sendo envolvidas mais de 400 mil pessoas, numa área de 9.557.902 hectares. A respeito, observa a Comissão Pastoral da Terra que, se essa área fosse repartida, na base de 30 hectares por famílias, seriam beneficiadas 318.597 famílias, ou quase cinco vezes o número de famílias envolvidas em conflitos. Se considerada a média de cinco pessoas por família, os beneficiários potenciais seriam 1.600.000 camponeses. O relatório ainda registra 30 ocorrências envolvendo bóias-frias — a maioria deles, acidentes com os caminhões de transporte —, 76 de origem trabalhista e 13 sindicais, o que, na opinião da CPT, representa um maior engajamento das entidades sindicais na luta dos trabalhadores rurais.

CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL — 1985
Comissão Pastoral da Terra, 1986, 44 pp.
22x15,5 cm.

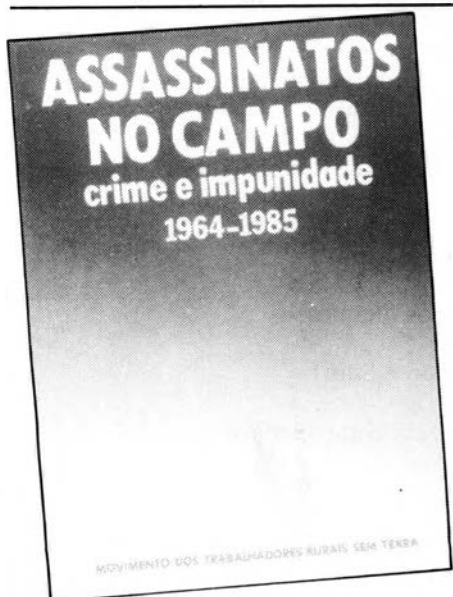


O documento da CPT informa uma quantia um pouco menor no número de assassinatos no campo em 1985: 216, contra os 222 computados pelo dossiê do Movimento dos Sem Terra. Pela CPT, seriam 125 mortos em conflitos relacionados à posse da terra, 66 em acidentes com bóias-frias, 14 em conflitos trabalhistas, três em unidades de garimpo e cinco em acidentes com agrotóxicos. Ao todo, nos 768 conflitos, ficaram feridas 1.363 pessoas, e outras 557 foram presas.

Tanto no documento da CPT como no relatório do Movimento dos Sem Terra, o Estado do Pará é aquele que apresenta maior grau de violência, com 273 mortos entre 1964 e 1985. Entre os responsáveis por conflitos no Pará, a CPT cita as empresas Brasinor e Andrade Gutierrez. O Maranhão também tem-se destacado nesse campeonato de mortes, com 128 assassinatos no mesmo período. Entre os autores de conflitos na zona rural maranhense, conforme a CPT, estariam Jorge Murad, genro do presidente Sarney, o vice-governador João Rodolfo e o deputado Marconi Caldas (PDS). O Estado com maior número de conflitos em 85, contudo, foi o Piauí, com 110 casos. Entre os autores, a CPT cita o grupo Votorantim, de Antonio Ermírio de Moraes, virtual candidato pelo PTB ao governo de São Paulo, nas eleições de novembro próximo.

ASSASSINATOS NO CAMPO, CRIME E IMPUNIDADE — 1964/1985

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 1986, 218 pp. 21x30 cm.



PÁSCOA-PAZ

PÁSCOA-PAZ!

PAZ de lavrador sem terra,
entre fogo e sangue,
a calosas horas,
forjando o Direito de revolver a terra,
para semear em movimentos de fecundação
as sementes orvalhadas
sob os mistérios das madrugadas insones.

PAZ de todo trabalhador,
cujas Forças de trabalho, vendida
mas se reproduzindo além do cansaço,
planta seus sonhos de liberdade
ao transformar a natureza, o mundo, a vida,
Fabrica Movimentos
e cria a Palavra a Consciência o Homem!
Destroça as estruturas da Exploração
e, como os limites azuis do Firmamento,
dá-nos a Nova Sociedade,
expectativa ardente da Comunhão em definitivo.

PAZ dos mártires e processo histórico!
Testemunhas banhadas em sangue jorrado,
celebradas em memórias de vidas assumidas.
Servos solidários do Direito e da Justiça,
mas endurecidos contra as alienações
e as sentenças do Poder ditado.
Servos tornados partilha na Terra-Mãe.
na Produção fabricada.
Gritos inquietantes e constantes.
Pios sonâmbulos das Noites fatais,
Cantos culturais da Nova Criação.

PÁSCOA-PAZ!

PAZ de crianças negras e famintas, pobres e
apodrecidas, cujos olhos de luz, fixados,
vislumbram os Caminhos da liberdade;
cujos lábios ressequidos ecoam os gemidos da Morte;
cujos braços incertos abraçam o Reino da Vida!
Crianças em ossos e peles,
glória, glória das profetas da opulência!

PAZ da mulher que se descobre fêmea,
e, entre lágrimas e pa(z)ciência,
entre as fumaças das noites lívidas,
resolve construir um Mundo Fêmeo.
e a história, sob duras lutas, entrega-se ao Feminino,
regula-se aos ciclos da geração,
concebe-se História...

PÁSCOA-PAZ!

PAZ dos jovens penetrados pelas ilusões das drogas,
do sexo liberado, dos roubos casamenteiros.
Jovens revoltados contra correntes e cadeados,
carcereiros dos sonhos e da liberdade,

do amor e do futuro aventureiro,
do prazer e da maturidade a dois.
Jovens anunciadores do Lugar Além,
onde sonhos amor prazer aventura maturidade
se misturem sem os remorsos das impurezas,
sem os esconderijos das transgressões legais,
sem a clandestinidade das convenções não convincentes.

PAZ do negro que não se faz branco!

Que incorpora seu orixá,
que se deixa embriagar pelo axé,
a energia vital, sempre Vida,
do Além e da Terra,
do que pensar é do que sentir,
do que poder é do que fazer,
Vida energética, em transe,
gravada na negritude universal
de cada homem, de cada mulher.

PÁSCOA-PAZ!

PAZ da morte injuriada que se irmana à Vida.
Paz da Terra revivida pelas Águas.
Águas que se organizam
e, para além dos rebancos, produzem a luz..
Luz que exorciza as fontes do mal,
que dissipa as densas trevas do Medo,
que rearticula com a rigidez dos ventos
a fragilidade das mãos e dos pensamentos
de nós seres criados diuturnamente.
Luz acostumada aos trilhos das Grandes Águas,
que firma os passos nos desertos,
que sulca em nossa carne de retirantes
os traços definitivos da Libertação...

Esta é a Páscoa em que o homem se define Homem,
rosto originário e sopro de Deus em missão.
É Deus emergindo em Vida Ressuscitada.
Deus-Homem, Palavra-Ação,
comprometidos numa Eterna Aliança,
debulhando rosários de dores e de esperanças,
talhando na pedra da História o Projeto Novo:
Deus e Homem hão de conviver face a face,
irmanados na paternidade do Amor dado...

PÁSCOA-PAZ!

Vida vinda do nada da Terra,
por força do Além do Universo,
do Além dentro de nós mesmos,
do Calor da história.
Terra e pão! Produção e Suor!
Trabalho e Partilha!
Gente cristificada! Deus companheiro!
Homem caminheiro!
isto é Páscoa.
É PAZ!